



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

FORMAS DE OCUPAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL DAS MORADIAS POPULARES
NA CIDADE DE POMBAL-PB DE 1970 – 2000: O BAIRRO DOS PEREIRO

DOUGLAS KAIQUE DE ALMEIDA PORFÍRIO

CAJAZEIRAS – PB

2023

DOUGLAS KAIQUE DE ALMEIDA PORFÍRIO

**FORMAS DE OCUPAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL DAS MORADIAS POPULARES
NA CIDADE DE POMBAL-PB DE 1970 – 2000: O BAIRRO DOS PEREIRO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência para a obtenção do grau de licenciado em História.

Prof. Orientadora: Dra. Silvana Viera de Sousa

CAJAZEIRAS – PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

P835f Porfírio, Douglas Kaique de Almeida.

Formas de ocupação social e espacial das moradias populares na cidade de Pombal - PB de 1970-2000: O bairro dos Pereiros / Douglas Kaique de Almeida Porfírio. - Cajazeiras, 2023.

71f. :il.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Viera de Sousa.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2023.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
COORDENACAO DE GRADUACAO EM HISTORIA
Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n, - Bairro Casas Populares, Cajazeiras/PB, CEP 58900-000
Telefone: (83) 3532-2000 - Fax: (83) 3532-2009
Site: <http://www.cfp.ufcg.edu.br> - E-mail: cfp@cfp.ufcg.edu.br

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – CGHIS-CFP, REALIZADA EM 20/06/2023

Ao vigésimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às dezenove horas e trinta minutos, de forma remota (*Google Meet*), estiveram reunidos(as), sob a presidência da professora-orientadora **Dra. Silvana Vieira de Sousa**, a Profa. **Dra. Edinaura Almeida de Araújo** e o Prof. **Ms Francinaldo de Souza Bandeira**; e o discente *DOUGLAS KAIQUE DE ALMEIDA PORFÍRIO* (matrícula 216230536). Foi instalada a sessão pública para julgamento da monografia de conclusão de curso (TCC) do Curso de Licenciatura em História, elaborada pelo referido discente, intitulada: **FORMAS DE OCUPAÇÃO SOCIAL E ESPACIAL DAS MORADIAS POPULARES NA CIDADE DE POMBAL-PB DE 1970-2000: O BAIRRO DOS PEREIROS**. Após a abertura da sessão, a presidente da banca julgadora deu seguimento aos trabalhos, apresentando os(as) demais examinadores(as). Foi dada a palavra ao autor, que expôs seu trabalho e, em seguida, ouviu-se a leitura dos respectivos pareceres dos(as) integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do discente. Ao final, reunida em separado, a banca APROVOU a monografia atribuindo a nota 10,0 (Dez) ao trabalho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito. Cajazeiras, 20 de junho de 2023.

[OBSERVAÇÕES DA BANCA, SE HOUVER]

Documento assinado eletronicamente por **SILVANA VIEIRA DE SOUSA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 20/06/2023, às 21:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Documento assinado eletronicamente por **Douglas Kaique de Almeida Porfírio, Usuário Externo**, em 20/06/2023, às 22:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Documento assinado eletronicamente por **FRANCINALDO DE SOUZA BANDEIRA, PROFESSOR 3 GRAU**, em 21/06/2023, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

Documento assinado eletronicamente por **EDINAURA ALMEIDA DE ARAUJO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/06/2023, às 22:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **3491784** e o código CRC **0E592EB9**.

A minha avó, Francisca Dantas de Almeida Fernandes, e a minha sobrinha Pietra Saphira Soares de Almeida (IN MEMORIAN), foram duas pessoas valiosas que acabei perdendo nesses últimos anos, e gostaria de ter partilhado dessa felicidade com elas.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por ter me dado forças e por me possibilitar esta graça alcançada, a qual será apenas o início de um sonho ainda maior que, tenho fé, está por vir. Aos meus familiares de origem, a minha mãe, Maria das Graças de Almeida Fernandes, a meu pai, Vicente Porfírio de Lacerda, e a meu irmão Francisco Danilo de Almeida Porfírio, pelo incentivo nos momentos difíceis desta jornada.

A minha amada esposa, hoje construímos nossa própria história e nossa própria família. Ela que sempre esteve comigo nos melhores e nos piores momentos da minha vida e nunca desistiu de me animar e de me fazer levantar a cabeça nos momentos de pensamentos ruins. Ela que acreditou mais em mim do que eu mesmo em certas dificuldades. A ela eu agradeço por sua vida e por seu amor e carinho.

A minha avó, Francisca Dantas de Almeida Fernandes, que era parte desse sonho e me viu chegar tão longe, mas não pôde me ver alcançar essa conquista, e a minha sobrinha Pietra Saphira Soares de Almeida que fatalmente se foi de uma maneira muito precoce (IN MEMORIAN). Sua imagem nunca será esquecida, você foi parte essencial da minha existência. Obrigado por tudo!

Fraterno agradecimento aos grandes amigos pelo apoio na vida e pelos ensinamentos que carrego comigo, pelas experiências de fé vividas e partilhadas, dedico aos meus irmãos e irmãs da comunidade Mosaico: Pastor Bruno, Missionária Livia, Pastora Fernanda, Davi, Tiago, Edna, Hugo e tantos outros que fazem parte da minha família na fé.

Nesse caminho de tantas incertezas, expectativas, anseios e amizades, conheci pessoas que contribuíram significativamente para a conclusão deste trabalho, em especial dedico a José Vinícius, George Monteiro, Gabriel Linhares, Matheus Barreto, Radney Souza e Davi Rolim, grandes amigos da Universidade, assim como toda minha turma que juntos chegamos até aqui, todos eu levarei na minha história para o resto da vida.

A minha sincera gratidão a minha orientadora Silvana Vieira de Sousa. A cobrança necessária e a confiança que depositou em mim foram fundamentais para a finalização do nosso trabalho. Muito agradecido!

Por fim, quero agradecer a todo o corpo docente e aos funcionários da Universidade Federal de Campina Grande do CFP, pelas instruções e por me ajudarem a tornar este sonho possível.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

O presente trabalho objetiva fazer uma análise da formação espacial e social das moradias populares da cidade de Pombal-PB, em especial do bairro dos Pereiros, observando a chegada de famílias camponesas que se deslocaram em direção à cidade a partir de um processo de migração no período de 1970 a 2000. Para isso, apresentamos uma realidade do sertão nordestino pós início da República, descrevendo o contexto sócio-político da cidade de Pombal no início do século XX, até o momento da chegada das famílias camponesas que vão compor o espaço urbano, na formação do bairro dos Pereiros, o qual nos revela problemas estruturais da cidade e da sociedade. Para compreender o contexto social e político da cidade, utilizamos fontes escritas como forma de embasamento teórico de autores como Wanderley *et al.* (2016), Santana (2004), Seixas (2004) e Sousa (2002). Além disso, do ponto de vista da metodologia foi realizado o uso de fotografias que se tornaram imprescindível pois nos permitiram demonstrar o crescimento do bairro, que é um dos maiores e mais um dos mais populosos da cidade com uma cartografia particular e fruto do êxodo rural como consequência da estrutura latifundiária.

Palavras chaves: Êxodo Rural; Cidade de Pombal; Bairro dos Pereiros; História Social; Fontes Fotográficas.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the spatial and social formation of popular housing in the city of Pombal-PB, especially in the Pereiros neighborhood, observing the arrival of peasant families who moved towards the city from a migration process in the period from 1970 to 2000. For this, we present a reality of the northeastern hinterland after the beginning of the Republic, describing the socio-political context of the city of Pombal in the beginning of the 20th century, until the moment of the arrival of the peasant families that will compose the urban space, in the formation of the Pereiros neighborhood, which reveals structural problems of the city and society. To understand the social and political context of the city, we used written sources as a form of theoretical basis by authors such as Wanderley et al. (2016), Santana (2004), Seixas (2004) and Sousa (2002). In addition, from the point of view of methodology, photographs were used, which became essential because they allowed us to demonstrate the growth of the neighborhood, which is one of the largest and one of the most populous in the city, with a particular cartography and the result of the rural exodus. as a consequence of the land ownership structure.

Keywords: Rural exodus; City of Pombal; neighborhood of Pereiros; Social History; Photographic Sources.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 Índice de alfabetização Pombal (PB) no ano de 1920.....	32
--	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa de localização	37
Imagem 2: Mapa de delimitação do bairro dos Pereiros	38
Imagem 3: Uma das entradas do bairro dos Pereiros	39
Imagem 4: Cemitério Nossa Senhora do Carmo localizado na entrada do bairro dos Pereiros	39
Imagem 5: Cemitério de Nossa Senhora do Carmo – 1956	40
Imagem 6: Chaminé da antiga Brasil Oiticica S/A localizada ao lado de uma das entradas do bairro dos Pereiros	40
Imagem 7: Local que antes era a Brasil Oiticica S/A que hoje é um loteamento para a construção de habitações	40
Imagem 8: Prédios da estrutura da antiga Brasil Oiticica S/A que hoje é um loteamento para a construção de habitações	41
Imagem 9: Uma das entradas do bairro dos Pereiros	41
Imagem 10: Rua asfaltada que liga o centro ao bairro dos Pereiros	42
Imagem 11: Rua asfaltada que liga o centro ao bairro dos Pereiros	42
Imagem 12: Rua asfaltada que liga o centro ao bairro dos Pereiros	43
Imagem 13: Ao final da rua asfaltada vemos a UFCG	43
Imagem 14: A entrada da fábrica de doces Dyana	44
Imagem 15: O restaurante popular implementado pelo governo do Estado no centro, mas próximo a entrada do bairro dos Pereiros	44
Imagem 16: Parte frontal da antiga estação ferroviária.....	45
Imagem 17: Parte posterior da antiga estação ferroviária	45
Imagem 18: Estação ferroviária de Pombal 1958	45
Imagem 19: PSF localizada ao lado da creche Gente Inocente	46
Imagem 20: Creche municipal Gente Inocente	46
Imagem 21: Escola Municipal “Newton Seixas” CAIC localizado ao lado da creche Gente Inocente	46
Imagem 22: Cadeia Pública de Pombal	47
Imagem 23: Casas antigas e abandonas próxima da Igreja de São Pedro localizado na rua Herculano José de Sousa.....	47
Imagem 24: Casa paroquial da Igreja de São Pedro localizada na rua Herculano José de Sousa	48
Imagem 25: Igreja de São Pedro localizada na rua Herculano José de Sousa	48
Imagem 26: Igreja Assembleia de Deus.....	48
Imagem 27: Ponto comercial: Distribuidora de vidros.....	49
Imagem 28: Ponto comercial: Açaiteria Point Mix	49
Imagem 29: Ponto comercial: Salão feminino da Rejane	50
Imagem 30: Ponto residencial: Vendedor de lambedor caseiro	50

Imagem 31: Ponto comercial: Padaria.....	50
Imagem 32: Ponto residencial: Manicure e pedicure	51
Imagem 33: Ponto comercial: Oficina de Jackson Motos	51
Imagem 34: Ponto comercial: Mercado Ponto Forte	51
Imagem 35: Ponto comercial: Panificadora Almeida	52
Imagem 36: Ponto comercial: Farmácia Farma Forte.....	52
Imagem 37: Ponto comercial: Panificadora Maringá.....	52
Imagem 38: Ponto comercial: Mundo das bebidas	53
Imagem 39: Ponto comercial: Mercadinho Bom Jesus	53
Imagem 40: Ponto comercial: Mecânica São Francisco.....	53
Imagem 41: Ponto comercial: Lanchonete e conveniência Light	54
Imagem 42: Ponto comercial: Oficina MS motos.....	54
Imagem 43: Ponto comercial: Mercadinho Minibox Monteiro's	54
Imagem 44: Moradias populares do bairro dos Pereiros	55
Imagem 45: Moradias populares do bairro dos Pereiros	55
Imagem 46: Moradias populares do bairro dos Pereiros.....	56
Imagem 47: Moradias populares do bairro dos Pereiros.....	56
Imagem 48: Moradias populares do bairro dos Pereiros.....	56
Imagem 49: Moradias populares do bairro dos Pereiros.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I:	
AS DINÂMICAS DA VIDA NO CAMPO E O ÊXODO RURAL.....	15
1.1 Oligarquias paraibanas: poder econômico e político	15
1.2 Pombal: um reflexo das oligarquias e a influência política desses grupos	18
1.3 Seca, acumulação primitiva de capital e migração no Nordeste e na Paraíba republicana	21
CAPÍTULO II:	
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE POMBAL-PB	26
2.1 Do vilarejo à cidade: uma breve análise historiográfica	27
2.2 O processo de urbanização: uma nova cartografia	29
CAPÍTULO III:	
IMAGENS QUE INFORMAM E NOS FAZEM PENSAR SOBRE A FORMAÇÃO DAS	
MORADIAS POPULARES EM POMBAL-PB: O BAIRRO DOS PEREIRO.....	35
3.1 Imagens que nos apresentam espacialmente o “Bairro dos Pereiros”	37
3.2 Signos de uma modernização... para poucos	57
3.3 “Bairro dos Pereiros”: entre o moderno e o preconceito	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
BIBLIOGRAFIA	69

INTRODUÇÃO

O trabalho historiográfico cria uma relação entre o profissional da História e as suas fontes, propiciando a realização da pesquisa que liga o presente e o passado. É ainda necessário criar um método baseado na crítica documental para alcançar uma resposta às suas indagações, contribuindo de certa forma com o legado deixado pelos primeiros historiadores do século XIX.

Este trabalho tem por objetivo analisar a formação do denominado bairro do Pereiros na cidade de Pombal-PB, localizada no sertão paraibano, dentro de um recorte temporal que inicia em 1970 e vai até os anos 2000, mostrando a realidade desse espaço periférico que desempenha um papel muito importante na formação social dos cidadãos pombalenses. Partimos do presente, de uma questão atual, para entender o que é o bairro Pereiros, o qual gera uma representação social na sua maioria, por parte dos que não residem lá, cheia de preconceitos e discriminações.

Essa pesquisa está arraigada nas contribuições dos *Annales*, e o tipo de História aqui produzida é uma história vista de baixo, fugindo daquele velho modelo que conta a história dos vencedores. Abre-se espaço, desse modo, para aqueles que não foram ouvidos ou lembrados, mesmo sendo agentes de construção da História. Claro que isso faz parte de uma escolha, falar da minha cidade, afinal, segundo Barros (2020), todo historiador parte de um lugar social e está localizado historicamente.

Somente com o surgimento do movimento historiográfico da *Escola dos Annales*, no século XX, depois de muito se questionar uma História meramente fatual e que ressaltava os grandes feitos de grandes figuras políticas, militares ou sacerdotais, é que surge uma discussão sobre a importância de ressaltar a História e o cotidiano das “pessoas comuns”, pessoas que também constroem a História, mas a quem não foi dado o direito de serem lembradas, pois não ocupavam espaços de alta classe. Somente nesse período, com a História Social, retomam a importância no processo de construção da História. Grandes nomes da História como Marc Bloch e Lucien Febvre lutaram para substituir esse tipo de História.

A exemplo de Lamprechet, Turner e Robinson, Febvre e Bloch opunham-se ao predomínio da história política. Ambicionavam substituí-la por algo a que se referiam como uma “história mais ampla e mais humana”, que abrangeria todas as atividades humanas e estaria menos preocupada com a narrativa de eventos do que com a análise das “estruturas”, termo que desde então se tornou o preferido dos historiadores franceses da “escola dos *Annales*”. (BURKE, 2002, p. 30).

Durante muito tempo, acreditou-se que apenas o documento escrito deveria ser entendido exclusivamente como fonte de reconstrução do passado. Essa crença e prática do uso do texto perpassou as primeiras décadas do século XX, até que dois historiadores extremamente influentes, Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores da *Escola dos Annales*, insistiram que haveria a necessidade de ampliar a noção de fonte histórica.

Para Febvre e Bloch, a falta de registros escritos oficiais não necessariamente poderia significar a falta de uma possível investigação e, conseqüentemente, de uma escrita da História. Assim, o conceito de documento é alargado, surgindo o novo documento para além dos textos tradicionais, entre eles a fotografia. Corroboram com essa colocação Santos e Kossoy (2008, p. 140) ao dizer que “Somente em meados do século XX as imagens constituíram-se fontes documentais e objetos de pesquisa no campo científico, pela denominada Revolução documental”.

Com isso, este trabalho faz o uso das fotografias como um método de produção historiográfica. A fotografia é uma forma de expressão cultural, na qual se apresentam registros do tempo, aspectos de uma sociedade, costumes, habitações, enfim acontecimentos sociais de diversas naturezas, que se tornam objetos documentados através da imagem.

O uso da fotografia se torna para um historiador como um apoio tão importante quanto documentos escritos, pois muitas vezes apresenta elementos históricos que não foram escritos. Então, ela se torna uma fonte muito importante para o pesquisador, mas que, como qualquer fonte, deve ser analisada e questionada, uma vez que não fala por si só.

Isso posto, é nessa linha que iremos produzir um trabalho que propicia uma História não compactuante daquela velha visão positivista da cidade que ressalta apenas os grandes heróis e desbravadores dessa terra. Em vez disso, uma História que mostra o cotidiano de grupos ignorados como agentes históricos.

A escolha para trabalhar com esse tema parte do pressuposto de pensar a formação das moradias populares na cidade de Pombal-PB, mais precisamente no bairro dos Pereiros. Para tal realização, foi utilizado o método iconográfico com auxílio de fotografias e imagens espaciais. Para o embasamento teórico, trabalhamos com estudos acadêmicos encontrados na internet e teóricos da história social que auxiliaram na produção das propostas que permeiam a discussão deste trabalho.

Diante disso, o trabalho está constituído em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado **AS DINÂMICAS DA VIDA NO CAMPO E O ÊXODO RURAL** apresenta o surgimento das oligarquias paraibanas como um fenômeno causado pelo modelo de sociedade que vai surgindo com a República Velha de 1889. Naquele momento, a política foi fortemente

influenciada pela figura do coronel que, além de questões como a seca e a acumulação primitiva de capital dos grandes proprietários de terra, causaram a fome e a miséria de uma parte de famílias trabalhadoras que não viram outra opção senão a saída do campo para a cidade, nesse processo chamado de migração.

No segundo capítulo, intitulado **FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE POMBAL-PB**, apresentamos uma breve análise do contexto da cidade de Pombal no período em que aquelas famílias estão prestes a chegar à cidade, retratando alguns fatos a partir do momento em que a vila de Pombal-PB começa a se tornar uma cidade, porém ainda cheia de problemas estruturais no setor urbano, com pouco desenvolvimento em setores como economia, saúde, educação e infraestrutura. Tais problemas dificultaram o processo de urbanização que a cidade iria ter que enfrentar com a chegada de novas famílias oriundas do campo.

No terceiro e último capítulo, intitulado **FORMAÇÃO DAS MORADIAS POPULARES**, apresentaremos nosso estudo sobre o bairro dos Pereiros, parte da sua história, mostrando como seus moradores são aquelas pessoas que fugiram de um cenário de miséria e que vieram para a cidade de Pombal-PB em busca de emprego e estabilidade, em razão do contexto dos surtos de modernidade pelos quais a cidade passava. Logo, percebem que a cidade não comportaria e não teria estrutura para receber aquelas pessoas, tendo em vista a diferença de classe social a qual eles pertenciam e aqueles que aqui já habitavam. É, pois, nesse contexto que surge um dos principais bairros da cidade: o bairro dos Pereiros. Um bairro de periferia que, ao longo de muitos anos, expandiu-se e foi responsável por uma grande parte da mão de obra local, ao passo que eram esquecidos propositalmente pelo poder público e não puderam desfrutar daquela realidade de modernização, pois se tornaram alvo de preconceito social e racial, criando assim uma grande barreira social, marcada pela divisão entre dois espaços históricos, o centro e o Pereiros.

Para construção desse estudo inicial, focamos em uma abordagem que privilegiou como fonte a fotografia já que, após a revolução documental propiciada pela *Escola dos Annales*, surge um novo olhar sobre o que poderia ser usado como fonte historiográfica. Guiados pelas imagens fotográficas, foram feitas algumas reflexões referenciadas partindo de estudos sobre a cidade, o bairro e seu crescimento.

Por fim, é por meio das reflexões e das questões abordados nesse tema sobre a formação do bairro dos Pereiros que a pesquisa busca chamar a atenção daqueles e daquelas que estão lendo a fim de entender o processo da formação desse bairro, que é parte da formação da cidade e da sociedade de Pombal. Entendendo o lugar em que o temos hoje, assim como o que somos,

é fruto da nossa história e do nosso passado, mas que se não contado, problematizado, perde-se no esquecimento.

CAPÍTULO I: AS DINÂMICAS DA VIDA NO CAMPO E O ÊXODO RURAL

Para situar e apresentar o nosso estudo, ou seja, a formação do bairro dos Pereiros, é preciso considerar a dinâmica da vida no campo na cidade de Pombal-PB bem como no entorno da Paraíba na região Nordeste entre os anos iniciais da Primeira República de 1889, que retrata novas dinâmicas e relações de trabalho do interior, até 1970, a década mais expressiva no processo do êxodo rural. Assim, neste primeiro capítulo, apresentamos uma breve experiência de como muitos sertanejos – mais precisamente aqueles menos favorecidos, ou seja, os pequenos proprietários de terra e aqueles que não tinham nem pequenas posses e aos quais restava apenas o trabalho braçal – tiveram que lidar com as dinâmicas da vida rural em meio ao processo de capitalização das grandes famílias tradicionais da região.

1.1 Oligarquias paraibanas: poder econômico e político

Sabe-se que algumas décadas antes do Brasil se tornar uma República, por volta dos idos de 1830, a conjuntura política da época era feita por poucas e privilegiadas pessoas, geralmente homens, brancos, maiores de idade e que tivessem posses.

Como as eleições eram indiretas, os eleitores das paróquias (os homens de posse), elegiam os deputados das províncias, gerais, senadores e vereadores. O presidente e o vice-presidente das províncias eram escolhidos pelo governo imperial, formando, dessa maneira, uma extensa rede de clientelismo. (NASCIMENTO, 2009, p. 22).

O autor cita o contexto de uma época da política do período regencial, em que as eleições eram formadas e tinham critérios de participação definidos de forma excludente, visto que, como dito, apenas homens, brancos e de posses altas participavam. Acrescente-se como essas posses determinantes para a sua escolha na votação entre deputados da província e senadores.

Dentro desse contexto, e sendo a elite política também elite econômica, a partir do momento em que a indústria da exportação do café ampliou-se, foram surgindo novos comércios e também bancos que logo mais serviram para auxiliar a vertiginosa demanda de uma economia exportadora e atraente para os que estavam fora dela, resultando assim em um crescimento da população urbana que ajudou no processo de crescimento da elite.

A importação desses produtos britânicos ajudou no crescimento de algumas cidades, dando origem a um novo estilo de vida para a nova elite industrial e comercial brasileira, incluindo também a elite agrária.” (NASCIMENTO, 2009, p. 22).

Essa era uma realidade do novo polo de riqueza que substituiu a geografia anterior desde a colonização. Em se tratando da nova realidade de vida no interior da Paraíba, observa-se que as primeiras designações de ocupação foram realizadas também, como no litoral, por meio de apropriação das terras em forma de grandes latifundiários em toda região. Podemos perceber aqui, em um primeiro momento, que o interior caminhava para uma acumulação de terras e da criação de gado, dando-nos uma pista de como se daria o modelo de relações daquele espaço.

Os grandes latifundiários, que constituíram as primeiras fazendas, com o sertanista Sargento-mor Antônio José da Cunha, em 1691, que tinha mais de 1.500 cabeças de gado vacum e cavalos, povoando as terras às margens do Rio do Peixe Piranhas e reivindicando sesmarias, depois de tremendos combates com índios Ico-pequeno, foram: Luis Quaresma Dourado - Poço de Predras; Custódio de Oliveira - Chabocão; Theodósio Alves de Figueiredo - Serra do Comissário; Manoel de Oliveira Ledo - Bom Sucesso, Araçás e Cais; Capitão Basílio Seixas - São Gonçalo. (PINTO, 2008, p. 41)

Como mostrado anteriormente, esse modelo de ocupação e de organização do espaço rural foi comum, como parte do modelo colonial, que é também a história de um elitismo de famílias que não só receberam terras através das Sesmarias (uma lei que, por sua vez, foi instituída pelos colonizadores a fim de permitir que terrenos abandonados pertencentes a eles mesmos fossem entregues para a ocupação), mas que também tiveram controle da indústria colonial. Sobre esse aspecto, Abreu (1998, p. 48) esclarece: “Para os donatários poderem sustentar seu estado e a lei de nobreza, eram-lhes concedidas dez léguas de terra ao longo da costa, de um a outro extremo da capitania, livres e isentas de qualquer direito ou tributo exceto o dízimo [...]”. No sertão da Paraíba, entre aqueles que foram beneficiados com as doações de terras, além dos nobres, também estavam representantes do clero e os militares.

O ponto de virada foi a partir do momento que as terras públicas não poderiam ser mais doadas e sim compradas, favorecendo o fim da escravidão e o surgimento do trabalho livre, como relata Nascimento (2009):

Com a Lei de Terras de 1850, ficou proibida a aquisição de terras públicas através da ocupação e de doações da Coroa, passando a ser adquiridas apenas por meio da compra. Vista como parte do patrimônio pessoal do rei, a terra passou, a partir de então, a ter um novo conceito, tornando-se patrimônio da nação e a única maneira de adquiri-la era comprando-a do governo. Sendo

assim, ela transformou-se em mercadoria e sua posse representava prestígio social, visto que, para isso, era necessário poder econômico. O preço alto que servia como obstáculo para o seu acesso via arrendamento, ocupação ou meação, era também uma maneira encontrada pelo Estado para obter trabalho livre. (NASCIMENTO, 2009, p. 23).

Assim, pessoas livres, os ex-escravizados ficaram na condição de abandono e pobreza. Àquela altura, quase metade da população brasileira era composta por negros libertos, indígenas e brancos, muitos vivendo em pequenas propriedades chamadas popularmente de Sítios, sem posses, sofrendo o peso da exclusão e com o trabalho rígido que muito lembrava os tempos tão recentes de escravidão.

No Norte, diante das secas e da exploração dos proprietários, muitos eram expulsos das terras que cultivavam, outros voltavam a viver como agregados, vinculados aos senhores de engenhos e fazendas. O restante, mendigos e desocupados, sem morada fixa, era excluído de qualquer consideração social. Vivendo sem recursos para garantir a sobrevivência, era natural que a maioria dos sertanejos dependesse do “favor” do proprietário. Esse “favor” incluía a garantia de um pedaço de terra onde pudessem se fixar como meeiros ou posseiros e plantar para a própria subsistência e a das suas famílias. (NASCIMENTO, 2009, p. 25).

O que se percebe, por conseguinte, é a criação de uma nova relação de poder, em que de um lado está o dono de terra, que possui um poder econômico, e do outro um trabalhador “livre”, podendo “optar” por não trabalhar com seu patrão. No entanto, essa condição de “liberdade” não acompanhava a segurança de poder produzir seu próprio sustento, então, o trabalhador sujeitava-se a ser agente de submissão.

A partir do final do império e do início da República, tivemos o fenômeno chamado de coronelismo, que está ligado à figura de um homem forte, um “coroné” (coronel), fortemente explorada pela literatura e pelos cinemas e novelas. O coronelismo criou um sistema de clientelismo, em que tenta de certa forma dominar a questão política em um sentido personalista, situação que retrata a ligação muito forte entre indústria e família. O papel desses coronéis era bem simples: manter o jeito de fazer política do antigo regime, mas com a falsa impressão de democracia. Como descreve Faoro (2001, p. 738), “Substituir-se-ia a farsa eleitoral monárquica pela farsa eleitoral republicana, com a mesma unanimidade”.

Para Pang (1979), tais coronéis são originados das milícias coloniais do fim do século XVIII, fruto desse período colonial. Tiveram forte influência durante o período que compreende os anos entre 1850 e 1950. Donos de terras, senhores de engenhos ou até mesmo fazendeiros

de gados, o retrato da classe dominante que usava o monopólio do poder buscando a legitimidade para tal através do seu *status* naquele período de cenário agrário.

A política como espaço de todos passa então a ter seu sentido esvaziado, pois deixa de ser um instrumento de participação democrática para se tornar um modo de agir e se apresentar, uma espécie de mandonismo com claros objetivos em buscar benefícios diretos através de votos a fim de alçar o poder político para poucos, criando o chamado “curral político”. Reforça Faoro (2001, p. 738), “Eles querem governar e imperar, não reinar e coordenar.”.

1.2 Pombal: um reflexo das oligarquias e a influência política desses grupos

A cidade de Pombal-PB, cujo início de formação remete ainda aos primeiros tempos do período colonial, é resultante das expedições dos bandeirantes que entraram sertão a dentro, desbravando e causando derramamento de sangue de povos nativos que ali habitavam.

Assim percebemos que a cidade, tal como em toda região sertaneja, apontada nos diversos tipos de trabalhos acadêmicos, tem sua história marcada pelos conflitos sangrentos dos desbravadores contra os *brasilíndio*, que por sua vez resultou na extinção habitantes nativos, e pela doação de terras da Coroa Portuguesa a famílias influentes e de um poder econômico e político considerável. (SOUSA, 2021, p. 19).

Durante todo o período colonial e imperial, a cidade se apresenta como lugar marcado pelo domínio econômico e social das chamadas grandes famílias, homens de poder e posses, donos de grandes latifúndios cujos sobrenomes permanecem bastante atuais, ainda se perpetuando em espaços de poder como retrato de uma sociedade que pouco mudou desde aquela realidade primeira.

Contudo, Pombal, assim como as demais localidades da então província em fins do século XIX e início do século XX, fica marcada por grandes adversidades, crises econômicas e sociais causadas pela questão climática da região e pela ação dos grupos políticos que comandavam o poder local.

Nas primeiras décadas da República, alguns grupos políticos que foram representados pelas grandes famílias donas de grandes latifúndios surgem com bastante influência e autoridade. Pouco a pouco, o poder passa a estar concentrado nas mãos de poucos, um governo de base na estrutura familiar.

Em Pombal, a figura de coronel surge no início da República como nos relata Seixas (2004):

Os tempos passavam. Era, então, o coronel João Leite o chefe do município de Pombal que governava por vários e longos anos, podendo calcular-se em mais de 24 anos de serviços públicos prestados a terra pombalense. Enquanto dominou a política de Piancó dominou o Estado, exerceu João Leite seu poderio na cidade de Pombal. (SEIXAS, 2004, p. 312).

Segundo Sousa (2021), Coronel João Leite foi uma conhecida figura política de Pombal que pouco era contrariado nesse cenário de poder e esteve à frente de Pombal por 24 anos, um período bastante prolongado e revelador, servindo de exemplo para mostrar o poderio dos coronéis no interior. Com esse exemplo, podemos entender como funcionava o jogo político e suas íntimas relações de interesse com a elite local e regional.

O coronel João Leite foi “incontestável” mandatário local, no entanto, é relevante compreender essa figura do coronel e envolvimento na política na época da república nas esferas estaduais e até federais de forma, mas incisivamente relacionada nessas primeiras décadas. (SOUSA, 2021, p. 43).

Assim funcionava a política local. Uma prática comum não só em Pombal, mas comum em todo o interior. As primeiras eleições foram marcadas por esse fenômeno, sendo influenciadas, quando não definidas por esses mandatários que faziam parte da oligarquia instaurada.

Dentro dessa questão, o conceito de coronelismo é vastamente discutido por muitos historiadores, dentre eles, uma pesquisadora chamada Maria Lucinete Fortunato nos elucida a questão do seu significado:

A construção do conceito de coronelismo na literatura especializada é bastante complexa. Considerando que o conceito de coronelismo continua sendo utilizado, investigaremos as abordagens de alguns estudiosos do poder local, a fim de aprendemos como nos seus discursos tem sido tematizada a relação entre “poder” e “Estado”, e a utilização que faziam do enunciado do “coronelismo” ou “mandonismo” ao longo da História do “Brasil República”. (FORTUNATO, 2000, p. 17).

Podemos perceber, a partir do excerto, que tal conceito é bem plural e cada profissional da História tenta defender uma definição própria. Não obstante, o certo é que não se discorda da essência desse fenômeno em se tratando das relações de poder e como eram muito fortes e estruturantes no período inicial da República.

O autor Sousa (1999) enfatiza a existência de grupos políticos locais que insistem em manter o poder concentrado em poucas mãos, dificultando a participação popular e perpetuando

a falta de desenvolvimento. A política local de pombal não foge à realidade de outras cidades do interior da Paraíba que, durante muitos anos, foi dirigida por políticos indicados para cargos públicos, pessoas de famílias tradicionais e que permaneceram no poder durante vários anos, mesmo apesar das novas configurações nas formas de governo.

Esses representantes eram indicados por votos do consenso partidário, pessoas geralmente surgidas das famílias mais tradicionais da cidade ou de destaque na comunidade, durando essas representações um ano. Já os influentes chefes políticos do tempo “quero, posso, mando”, tinham forte domínio nos destinos da política Municipal, permaneciam por anos seguidos no cargo, sendo os mais marcantes, a partir do século XVIII ao começo do século XX [...]. (SOUSA, 1999, p.40).

Aliados aos problemas políticos causados pelos coronéis que tentavam a todo custo ter o controle político e administrativo da região, temos ainda a questão das secas que também contribuíram para o surgimento do cangaço, formado por grupos que estavam diretamente relacionados à disputa de terras, movidos pela revolta da situação de miséria que se encontrava no sertão nordestino.

Seixas (2004), ao falar dessa situação, partilha a seguinte informação no contexto de Pombal-PB:

É certo que, ao lado do flagelo das secas que tanto pavor e desolação infundem no espírito do nosso povo, existia aqui, também na região de Pombal, outro não menos grave e horripilante: o dos cangaceiros, aptos à prática de crimes, a que eram levados, muitas vezes, por simples capricho ou ambições pessoais, entre os potentados da região. (SEIXAS, 2004, p. 420).

Inúmeros conflitos aconteceram por essa guerra de interesses. É sabido também que muitos desses cangaceiros agiam por ordem dos próprios coronéis, no afã de manter o clima de terror, enquanto eles, coronéis, mostravam-se como uma solução viável para os problemas.

É importante ser dito, ademais, que embora esse fenômeno do coronelismo, conforme exposto nos estudos acima, tenha sido algo muito forte e exclusivo de um período datado de mais de cem anos atrás, em muitos lugares do Nordeste essas figuras ainda possuem uma forte influência nos dias atuais, apesar do modelo de política não ser o mesmo do passado, e com uma maior amplitude no conceito de democracia. Esses “novos coronéis” mantêm a prática da troca de favores quando em períodos de eleição, prometem aquisições meramente fáceis de serem arranjas para pessoas necessitadas, que logo usufruem de seu recebido e tornam a à condição anterior, tudo em troca de votos para permanecer no poder. Muitas vezes são

oferecidos até empregos, a exemplo de cargos de prefeitura, criando um vínculo de fidelidade, também com o objetivo de garantir o voto daquele prestador de serviço.

1.3 Seca, acumulação primitiva de capital e migração no Nordeste e na Paraíba republicana

Durante o período da República que se iniciara em 1889, o país passava por uma transformação política. O desejo de se tornar uma grande nação e deixar para trás aquele passado de dependência de Portugal como sua colônia ou como seu império se verifica no plano de governo, com a mudança de colônia e, após, na mudança de império para República.

No século XIX, o estado brasileiro não estava preocupado apenas na sua formação política para atender a interesses econômicos e sociais. Transformar a ex-colônia portuguesa em nação exigia muito mais que coerção. Se estabelecer como nação demandava muito mais que coerção. Demandava, inclusive, a educação de uma elite que deveria assumir os postos de comando. (SOUSA, 2021, p. 27).

Essa realidade e esse quadro de ocupação primeira foram realidade até a primeira metade do século XX. Nesse espaço se configurava a sociedade do interior, sociedade do gado e das propriedades dos senhores, a chamada “Civilização do Couro”, termo cunhado pelo historiador Capistrano de Abreu para enfatizar a importância do gado e da atividade pecuária que foi fundamental para o mercado, produzindo uma grande quantidade de carne bovina e de couro para produção de adornos, vestimentas e calçados.

A pecuária era tida com uma atividade secundária antes de penetrar propriamente o sertão. Foi apenas com a valorização dessa atividade que o gado foi empurrado para o interior. Logo, isso findou por ser um dos motivos da escassez de mão de obra no campo, deslocando o trabalhador para a cidade. Segundo Menezes (1985) em seu estudo, no qual faz uma análise também sobre a migração do sertão paraibano:

A “falta do homem”, tão reclamada pelos grandes proprietários e em certa medida pelos médios, é fruto do próprio processo de pecuarização e outras modificações, que expulsam os moradores, para as pontas-de-rua das cidades sertanejas, bem como para as metrópoles, no caso principalmente São Paulo. (MENEZES, 1985, p. 37).

Assim posto, o autor nos revela que o governo já usava muitas políticas de incentivo ao desenvolvimento naquela realidade sertaneja. Dentre elas, a mais incentivada foi a prática da

pecuária, e foi essa atividade uma importante causa para a expulsão dos trabalhadores e moradores daquela região.

Como já dito, essas oligarquias fizeram parte de todo cenário político do país nos primeiros anos da República Velha. Por causa disso, clãs, ou seja, famílias tradicionais, de forte influência e poderio econômico, começaram a disputar por mais espaço e poder. Assim nos mostra Pang (1979):

[...] A medida que a colônia crescia, em termos demográficos e econômicos, os conflitos armados entre os grupos rivais tornaram-se inevitáveis. Cada clã mantinha grupos armados, conhecidos como jagunços ou capangas, ambos os termos significando “rufião” no vernáculo regional. Esses homens eram recrutados entre a população dependente do clã. Esses exércitos feudais particulares lutavam por questões de terras, de águas, em disputas eleitorais e freqüentemente por crimes passionais. [...] (PANG, 1979, p. 24).

O que estava acontecendo era uma grande disputa, muitas vezes até conflitos armados, por espaço e recursos entre essas famílias tradicionais, esses clãs que possuíam bastante influência no meio político. É por meio dessas disputas que veremos o processo de capitalização, tão fundamental para o surgimento da fome e da miséria.

Segundo Menezes (1985), esses clãs se beneficiaram de um processo de concentração de terras que, por muitas vezes, foi fruto de auxílios estatais por meio de políticas de créditos a juros baixos, em que o capital foi usado para comprar terras e gado. Tal processo também afetou diretamente o pequeno proprietário, que assim como o trabalhador sem-terra foi prejudicado pela extensa capitalização dos grandes proprietários.

[...] O processo de acumulação local é assentado sobre as bases da grande propriedade: concentração de terra e de renda. O “novo sistema tradicional” pressupõe grandes extensões de terra e capital, consubstanciado, principalmente, no gado. Isto, portanto, exclui os pequenos proprietários, que ocupam um lugar secundário no processo de acumulação capitalista local. O que significa isto? Significa que para o processo de acumulação capitalista não interessa manter ou garantir pequenos proprietários, que tenham condições plenas de reprodução enquanto tais. (MENEZES, 1985, p. 48-49).

Além do mais, a estrutura fundiária da região Nordeste tem sido um grave problema que vem se arrastando desde a ocupação do Brasil. Em continuidade, Menezes (1985) aponta que a seca tornava os moradores daquela região ainda mais subordinados ao grande proprietário de terra, que a partir da necessidade da mão de obra os contatava para trabalhar, mas que não priorizava a existência do seu funcionário, e sim a do gado. Isto, posto que em tempos de seca e falta de comida, era mais interessante para o proprietário alimentar o gado primeiro. Imposta

essa condição, o que determinava a permanência daquele trabalhador seria a grande capacidade de suportar o sofrimento da exploração de trabalho.

Em Pombal não foi diferente, como nos mostra Seixas (2004):

Infelizmente, a nossa região está sujeita aos fenômenos cíclicos, causa do retardamento do nosso progresso econômico e industrial. Há aqui uma perfeita correlação entre dois problemas. A seca com todo o seu cortejo de misérias e humilhações têm exercido profunda influência na economia do município de Pombal. (SEIXAS, 2004, p. 41).

A literatura historiográfica e sociológica produzida sobre a “seca”, entendida muito mais como um fenômeno social no Semiárido brasileiro, aponta uma forma complexa e que se deu, sobretudo, após o início da chamada Primeira República, ou Velha República (1889-1930). Toda essa questão esteve atrelada aos muitos coronéis da região responsáveis por tornar isso em algo natural. O propósito desses agentes era se beneficiar com recursos públicos advindos do governo federal, os quais deveriam ser usados para combater a seca, coisa que muito pouco foi feita.

[...] Assim, em outubro de 1909, surgiu o IOCS¹¹, inspirada no Burel of Reclamation surgido nos Estados Unidos. Travassos (2013) fala que o IOCS nasceu na chamada era de ouro, onde no Brasil a taxa de crescimento econômico era significativo e grandes obras de infraestrutura estavam sendo realizadas, a exemplo de ferrovias e portos. Contudo, o orçamento previsto para esse órgão era muito pequeno, onde, até o ano de 1914, só foram escavados no Nordeste 42 poços, sendo 33 deles em propriedades privadas e apenas nove em propriedades públicas. O que evidencia que muito pouco era feito para amenizar os efeitos da “seca” e quando era feito a maioria dos benefícios era alocada em propriedades privadas, esquecendo a população pobre do campo. (FARIAS, 2018, p. 19-20).

A partir dessa premissa, aqueles que deveriam gerenciar de forma correta e honesta os recursos acabavam se curvando perante os interesses políticos locais. Usava-se o discurso da “seca” para beneficiar grandes latifundiários na construção de açudes. De acordo com Travassos, Souza e Silva (2013), era muito comum o cultivo de frutas e verduras próximo àqueles açudes dos donos de grandes terras, cuja mão de obra era precária e oferecida aos pequenos agricultores que viviam na condição de miséria, tendo que vender sua força de trabalho para dar lucro ao fazendeiro. Basicamente, a seca era uma oportunidade de gerar um grande mercado para as oligarquias da região.

A seca enquanto um fenômeno natural, ou até mesmo entendida pelos próprios migrantes, muitas vezes, como algo sobrenatural, como uma escolha divina, não pode ser assim

analisada nem muito menos entendida como principal motivo para a retirada de famílias da zona rural para a cidade. Aceitar essa teoria é mascarar que condições políticas foram promovidas e que a criação das novas relações de trabalho foi feita. A seca, o patrão ou qualquer outro motivo subsequente, não podem ser vistos como motivos individuais, e sim complementares e inerente às condições da vida real e suas relações de trabalho.

Importante lembrar que durante o período em questão do nosso estudo, ou seja, a formação do bairro dos Pereiros, o Brasil vivia sob um governo de recessão, a Ditadura Militar (1964-1985). Nesse período, os governos brasileiros promoveram a chamada “Revolução Verde” e pouco se importava com a súplica da população do interior do Nordeste.

Processos e prisões foram à forma como a ditadura militar buscou resolver o impasse que a população vivia, pois qualquer forma de reivindicação dessas massas era motivo de retaliações, principalmente sobre o povo do Semiárido. Poucos se mobilizaram em favor dos flagelados da terra do sol, apenas esmolas insuficientes chegaram para aliviar a dor da grande “seca” de 1979-83. (FARIAS, 2018, p. 19-20).

Para Cardoso (2008), foi esse o exato momento em que o êxodo rural da região Nordeste se tornou um dos maiores movimentos migratórios do Brasil. Segundo o autor, muitas pessoas tinham parentes vivenciando momentos de grande sofrimento, muita gente passava fome e frequentemente sofria humilhações, que ocorriam principalmente em razão do poder repressor do governo ditatorial.

Dada a situação, o que vemos então são condições criadas de forma repressiva as quais levaram não a uma expulsão direta do patrão para com os moradores daquele lugar, mas uma aparente facilitação de sua retirada, já que seria uma “decisão” desses trabalhadores saírem, tendo em vista as difíceis condições impostas pelo próprio patrão e o poder público. Logo, o que vemos é o processo de migração como a alternativa mais viável encontrada por essas famílias, tendo em vista que foram alienados quanto ao processo de sua própria expulsão do campo. Sobre o tópico, Menezes (1985, p. 77) comenta que “A existência de uma força de trabalho a disposição do capital no campo ou na cidade, no Nordeste ou no Sudeste, é clara quando a migração é uma saída regularmente utilizada por esta população”.

Vale ressaltar, neste ponto, que não temos o propósito de falar sobre esse fenômeno da migração com o intuito de constatar a sua existência ou apenas buscar respostas para tal acontecimento, e sim entendê-lo como parte do processo de deslocamento de diversas famílias sertanejas como uma forma de libertação da exploração e de luta pela melhoria de vida, o que

contribui ligeiramente para o processo de urbanização, em específico, para o processo de urbanização de Pombal.

O próximo capítulo é destinado a mostrar a realidade de Pombal-PB desde seu período como vilarejo até o momento de elevação de categoria para município, passando pelos problemas estruturais sociopolíticos e seu lento desenvolvimento no campo econômico, educacional e na saúde, muito por conta dessa relação política coronelística que está fortemente enraizada na história dessa cidade.

CAPÍTULO II: FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE POMBAL-PB

Nesse segundo capítulo, realizamos uma breve apresentação do espaço urbano da cidade de Pombal-PB. Buscamos, através da historiografia local, entender e esclarecer a você, leitor, como ocorreu a formação da cidade e como ela se encontrava na questão social e política já no século XX, após a chegada daqueles migrantes que contribuíram para o aumento populacional da cidade, a exemplo do objeto de estudo desse trabalho: o bairro dos Pereiros, e assim poderemos perceber as profundas transformações que ocorreram na sociedade pombalense. Esse estudo se faz necessário para se ter uma melhor compreensão dos impactos provocados por esse processo migratório que acontece de uma forma abrupta no município entre as décadas de 1970 e 2000, e que acarreta em uma série de modificações na sociedade local e traz um levantamento de questões como a não preparação da cidade, por meio do poder público, para lidar com a chegada de novas famílias naquele “pequeno” município (de grande território) do interior da Paraíba.

Para tanto, foi feito um diálogo com os escritos de autores pombalenses de grande relevância para o estudo do local como: Verneck Abrantes de Sousa (1999), Wilson Nóbrega Seixas (2004) e Helmara Wanderley (2009). Estes autores em suas pesquisas nos mostram a história social, cultural e política da terra de Maringá.

Mesmo sabendo que a historiografia local foi produzida enfatizando datas e agentes políticos de alta influência social, em uma visão bastante positivista, ela pode e deve nos auxiliar em uma série de reflexões teóricas. Agora, sob uma nova perspectiva da história social e política, apresentamos uma nova visão a partir de olhares muitas vezes negados pela velha forma de fazer História, ou seja, partimos do entendimento de que a cidade de Pombal se fez e se faz na dinâmica do cotidiano e nas relações de todos os seus habitantes com o lugar e nas mais variadas posições, condições, mas sempre por todos. Uma cidade não é o lugar apenas dos grandes homens, dos chamados heróis “descobridores”; ela é, isto sim, espaço de vivência que se constrói todo dia e por meio de vários interesses:

A cidade é território do desejo, da pulsação humana, da utopia, lugar onde se constroem as identidades; lugar da elaboração das formas de consciência, lugar da razão nos planejamentos e intervenções técnicas; da irracionalidade da multidão explosiva; cenário da modernidade; território do sagrado e do profano, lugar onde estão os sujeitos históricos, os atores sociais. (SILVA FILHO, 1999, p. 81).

Assim, entendemos que as cidades são espaços dos mais variados tipos de manifestações, que contribuem para a transformação do cotidiano por meio dos moradores que nelas habitam. A partir desse pressuposto, também se pode dizer que a cidade é local de conflitos sociais e de produção da história. Neste sentido, podem ser estudadas e compreendidas a partir de uma gama de possibilidades a serem problematizadas.

Entendido desse modo, podemos recuar no tempo para os idos de 1862, quando Pombal-PB era apenas um vilarejo prestes a se tornar uma cidade.

2.1 Do vilarejo à cidade: uma breve análise historiográfica

Aprendemos desde cedo com a História sobre a formação das grandes civilizações e, com elas, sobre o surgimento das cidades, algo por volta de 3.500 a.C. No entanto, é apenas no século XVIII, com a Revolução Industrial, que se passou a discutir sobre o processo de urbanização moderna. Quando falamos em cidades, logo imaginamos espaços populosos, prédios, trânsito, novas oportunidades e principalmente, modernidade. Nas palavras de Pesavento (2007, p. 11): “As cidades fascizam. Realidade muito antiga, elas se encontram na origem daquilo que estabelecemos como os indícios do florescer de uma civilização: a agricultura, a roda, a escrita, os primeiros assentamentos urbanos.”.

A cidade busca se modernizar e passa a planejar seu futuro a partir de uma realidade do presente, mesmo que as coisas não aconteçam tal qual foram pensadas.

A modernidade urbana propicia pensar tais tipos de representação: aqueles referentes aos planos e utopias construídas sobre o futuro da cidade, inscrevendo uma cidade sonhada e desejada em projetos urbanísticos. Realizados ou não, eles são a inscrição de uma vontade e de um pensamento sobre a cidade e, logo, são matérias da história, porque fazem parte da capacidade imaginária de transformar o mundo. (PESAVENTO, 2007, p. 17).

No seu início, o que se tinha no espaço pombalense era um vilarejo muito distante da cidade que é hoje em dia, e que já não existe mais. Acompanhando os relatos de Wanderley (2009), podemos perceber um pouco da realidade espacial desse povoado do interior paraibano:

Pombal configurava-se no início do século XX como um espaço bucólico, essencialmente rural, o que pode ser demonstrado a partir das informações do censo realizado na década de 1950. De acordo com esse levantamento, o município contava na época com uma população de 50.292 habitantes, dos quais somente 4.867 constituíam a zona urbana, enquanto 45.425 pessoas viviam na zona rural. (WANDERLEY, 2009, p.36).

Atualmente, Pombal conta com cerca de 33.000 habitantes. Essa queda gigantesca no número de habitantes com relação à quantidade vista em anos anteriores deve-se a um processo de emancipação de algumas cidades que antes faziam parte do território de Pombal. Com o desmembramento do território ao longo dessas décadas, conseqüentemente, o número de habitantes diminuiu.

O município foi o primeiro eixo de povoação, bem como o primeiro vilarejo a ser fundado no chamado Alto Sertão paraibano (vale destacar que após mudanças recentes, Pombal atualmente está inserida geograficamente no Sertão da Paraíba) e deu origem a outros espaços populacionais. Pombal se tornou, então, a quarta cidade mais antiga de seu estado, como descreve um dos mais conhecidos escritores pombalenses:

Era realmente Pombal o centro da irradiação territorial e do povoamento no Oeste da Paraíba. Daqui partiram dezenas de famílias, que, fixando-se nas caatingas com fazendas de gados, nos vales férteis, à margem dos rios, conseguiram transformar tudo isto em lugarejos e, depois, em povoações e vilas. (SEIXAS, 2004, p. 17).

Também vemos em Sousa (2002), outro escritor e memorialista pombalense que em seus escritos aborda a história social, política, econômica e cultural da cidade, um relato do ano em que Pombal deixou de ser uma vila e se tornou uma cidade, mostrando a realidade de ser uma cidade pequena e pouco desenvolvida:

1862-Pela Lei 63 de 21 de julho, a vila de Pombal é elevada a categoria de cidade. [...] Na época, Pombal não tinha mais que cem casas. Três ruas apenas, a do Rio, a dos Prazeres, depois denominada Rua do Comércio, e na direção sul havia a Rua São Benedito que com as outras acima formavam o Largo do Bom Sucesso. Tinha ainda a vila que passava à dignidade de cidade um açude público, o mercado, uma igreja, cadeia e a casa da câmara. (SOUSA, 2002, p. 86).

Com base na citação acima, segundo o que foi descrito por Sousa (2002), o vilarejo de Pombal, que agora estava sendo elevado à categoria de cidade, mostrava um espaço urbano bem simples e sem muitas características marcantes, com baixo desenvolvimento e, pelo visto, um poderio econômico bem pequeno. Em outros termos, a despeito de ter alcançado esse *status* de município, no fundo ainda era a mesma vila, permanecendo com essa velha mentalidade por alguns anos.

2.2 O processo de urbanização: uma nova cartografia

A cidade de Pombal, não muito distante da realidade de outras cidades paraibanas e especialmente nordestinas, ao construir seus bairros mais periféricos e promover sua expansão urbana, começa a se formar a partir de um determinado momento em que algumas famílias, provenientes do campo e também de povoados vizinhos, passaram por um processo de êxodo rural por volta da década de 1970, saindo de suas casas para viver nas cidades. A causa para tal fenômeno em sua raiz estrutural está diretamente ligada a um processo de êxodo rural que se iniciou com a abolição da escravidão e se agravou com o incentivo da produção de gado, que deixou o homem do campo (o morador) sem perspectivas.

Ademais, na década de 1930 veio a implantação de indústrias, o que incentivou a mão de obra assalariada, além de outras questões sociais e culturais. Além disso, a questão da concentração fundiária e as transformações econômicas pelas quais passaram a região na perda de poder para o sudeste cafeeiro aumentam a busca por emprego na cidade e por melhores condições de vida da população rural, numa tentativa de fugir das dificuldades do campo que apresentava trabalho escasso, até ainda mais penalizados pela dificuldade causada pelas secas como uma realidade cíclica que aumentava o sofrimento.

A situação se agrava por ocasião das variações climáticas, no caso principalmente a seca. Durante este período (o último se iniciou a partir de 1979) há uma queda crescente do volume de produção das quatro principais culturas: algodão arbóreo, milho, feijão, arroz. Esta diminuição afeta fundamentalmente a sobrevivência do trabalhador e neste sentido não pode ser pensada apenas como uma crise de produção. Estes produtores, até 1978, 1979, conseguiam com suas culturas de subsistência obter os alimentos básicos para o ano todo; com a seca em 1980 a produção obtida mantinha a família apenas por 6, 7 meses e chegou-se ao extremo em 1983, quando muitas famílias não puderam fazer reserva: "só comem verde. (MENEZES, 1985, p. 55).

Vemos então que o autor destaca a crise climática como um fator que afetou diretamente a subsistência dos trabalhadores do campo, pois a produção era insuficiente para manter famílias alimentadas em um período tão longo de estiagem. No entanto, queremos ressaltar que, em nossa análise, a seca não será entendida apenas como um fenômeno da natureza, mas também de interferência humana. Logo, a fome e a miséria, por consequência, são causadas também por interferência humana, como vimos no capítulo anterior.

Assim vai se chamar de processo de urbanização e crescimento das grandes cidades esse fenômeno que pode ser compreendido como um efeito de crescimento populacional e territorial.

Sendo assim, está relacionado à transformação do espaço rural que expulsa os seus para um espaço urbano, ou seja, um fenômeno social de corrente migratória do tipo campo-cidade.

Entre as primeiras décadas do século XX, em torno dos anos 1930, com a chegada da rede ferroviária, a qual teve um papel importante como o de contribuir diretamente para o escoamento da produção da empresa local, a Brasil Oiticica S/A, pessoas que moravam na zona rural se deslocaram para a cidade em busca de emprego. Com a migração, nos idos dos anos 1960-1970, em larga escala e de forma acelerada, as cidades não possuíam suporte nem plano social para comportar tamanho número de pessoas. Em decorrência disso, iniciou-se a construção de casas nas imediações da cidade, formando os bairros periféricos e favelas, situação que desencadeou um crescimento desordenado das cidades.

Com a ocorrência dos eventos climáticos extremos observa-se um aumento da vulnerabilidade, principalmente, na população rural, já que os meios de subsistência são dependentes dos recursos naturais, gerando o deslocamento interno e o processo de migração. (NOBRE, 2014, p. 31).

No Brasil, quando os efeitos da Revolução Industrial davam os primeiros sinais, e até bem recentemente em torno dos anos 1990 e 2000, as cidades brasileiras não ofereciam estrutura necessária, a exemplo de saneamento básico, emprego e serviços públicos suficientes para atender tantas pessoas que decidiram ali domiciliar-se. Sem planejamento social algum voltado para a população pobre, iniciou-se um crescimento desordenado e desenfreado de construções de moradias em lugares considerados impróprios, por não apresentarem as mínimas condições para uma população residir. É nesse sentido que foi desenvolvido o processo de urbanização precário, contribuindo para uma série de novos problemas que atingiram e ainda atingem diretamente a classe mais pobre.

São reflexos da desordem urbana instalada: o desemprego crescente; o colapso do sistema de infraestrutura (água, energia elétrica e telefonia); a insuficiência de transporte coletivo urbano; a sobrecarga do tráfego; a insuficiência da rede de drenagem pluvial, da coleta e do tratamento final de efluentes sanitários e resíduos urbanos; a precariedade do atendimento à demanda por escolas e equipamentos de saúde; a ausência de políticas concretas de saúde preventiva; o aumento da violência; a destruição indiscriminada da cobertura vegetal e de mananciais de água; a deterioração da paisagem natural e construída e a contaminação do ar. (PEIXOTO, 2005, p. 04).

Como diz o autor, todo colapso do sistema de infraestrutura da cidade é causado por essa chegada repentina de tantas pessoas a um espaço com pouca estrutura, o que provocou

tantos problemas no setor urbano, desde a falta de recursos básicos até o aumento da violência por meio da criminalidade.

A deterioração da vida no campo e, conseqüentemente, a expulsão de seus moradores, acarretou, então, em um novo planejamento logístico e cartográfico para a área urbana, que com o passar dos anos foi ganhando uma nova forma.

É claro que, por estarmos falando de regiões periféricas, não podemos deixar de entender esses espaços a partir da realidade que lhes é imposta, a de que são ambientes precarizados, com famílias que muitas vezes não possuem onde morar, ou possuem uma moradia não muito digna, o que sempre acaba empurrando essas pessoas para a marginalização no sentido real da palavra: de que são excluídos e esquecidos socialmente. Novos bairros vão surgindo, e, com isso, uma nova dinâmica de sociedade, novas preocupações para atender a demanda de novas pessoas chegando nesse espaço.

Questões como a do êxodo rural e a falta de políticas sociais, a falta de preocupação por parte dos políticos da cidade, que crescia desenfreadamente, com sua população ou com a questão de como está se dando a formação de novos bairros, são fatores que contribuem diretamente para a formação de uma sociedade de desiguais em uma mesma geografia, separados pelas formas de estar e ser no lugar. Essa realidade nos coloca diante de algumas questões: Que tipo de cidadãos estão sendo formados? A quem interessa que tanta gente seja esquecida? Isso faz parte de um projeto político que visa a manutenção das estruturas sociais a fim de uma conservação do poder?

Parece-nos que a questão social e a estrutura de poder são uma história que continua. Assim, Pombal, no período que abrange a primeira metade do século XX, é marcada por grandes adversidades sociais e econômicas decorrentes da ação daqueles grupos familiares que chegaram ao poder e cujo objetivo era continuar sendo donos da região ao apropriar-se e adquirir prestígio, e não desenvolver políticas públicas que pudessem aliviar os sofrimentos dos sertanejos.

Sousa (1999) nos mostra ainda como era a realidade dessa época:

[...] era ainda uma pequena cidade, com seis ruas e outras casas isoladas, alto índice de analfabetismo, tendo como principal renda a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva, atrasadas. No entanto, a política partidária era uma constante na vida da população local. Os chefes políticos da época dos “currais eleitorais” estavam sempre atentos para manter-se no poder administrativo Municipal [...]. (SOUSA, 1999, p. 48).

Por volta do ano de 1920, Sousa (1999) nos revela que mesmo a cidade de Pombal tendo um vasto território, o município continuava uma pequena cidade em território urbano: a comunicação era bastante precária com outras cidades mais desenvolvidas, a educação apenas restrita à zona urbana e, mesmo assim, com baixos índices. Vejamos a tabela abaixo:

tabela 01— Índice de alfabetização Pombal (PB) no ano de 1920

Sabiam ler e escrever	Não sabiam nem ler nem escrever
Homens: 2.057	Homens: 7.400
Mulheres: 1.194	Mulheres: 8.608
Total: 3.251	Total: 16.048

FONTE: SOUSA (1999, p. 54).

Segundo o autor, no início do século XX, o município de Pombal ainda era incipiente em termos de estrutura física, possuindo pouco desenvolvimento urbano e diversas dificuldades econômicas. Em se tratando de escolaridade, o índice de analfabetismo era elevado. No mais, o papel da política partidária estava ligado ao domínio das oligarquias que já era presente naquela época, provocado pela extrema pobreza. Surgem, nesse cenário, os coronéis que, através da sua influência, implementam uma forma de conseguir votos por meio da troca de “favores”, com a falsa impressão de resolver o contexto de miséria. Talvez esse modelo de fazer política tenha permanecido por tantos anos, sendo uma boa explicação para tal atraso no desenvolvimento urbano.

Assim, na década de 1920 sequer havia infraestrutura básica na cidade. Além da questão escolar, não havia luz elétrica, estradas de qualidade, ou ao menos uma assistência médica local, o que pode ter levado a um grande número de óbitos. Isso é o que se depreende da afirmação de Seixas (2004):

Até o ano de 1929, não havia médico em Pombal. Quando se precisava de um, mandava-se buscar em Sousa ou Iguatu. A falta desses obreiros da saúde pública se explica o atraso em que andou, por longo tempo, o nosso município, na dependência de outros, onde não faltavam os cuidados de uma assistência médica profissional. Daí explica igualmente a elevação do índice de mortalidade no século passado em nossa cidade, [...]. (SEIXAS, 2004, p.399-400).

Isso tudo só ressalta a total falta de preocupação por parte das autoridades políticas pombalenses em sua falta de assistência social para com seu povo, leia-se as: classes sociais menos favorecidas, aqueles que de fato eram mais carentes. Afinal, os mais abastados teriam

totais condições de contatar profissionais das cidades vizinhas ou até mesmo de se deslocar para fora.

As colocações de Sousa (1999) nos fazem refletir acerca do funcionamento da política local:

Esses representantes eram indicados por votos do consenso partidário, pessoas geralmente surgidas das famílias mais tradicionais da cidade ou de destaque na comunidade, durando essas representações um ano. Já os influentes chefes políticos do tempo “quero, posso, mando”, tinham forte domínio nos destinos da política Municipal, permaneciam por anos seguidos no cargo, sendo os mais marcantes, a partir do século XVIII ao começo do século XX [...]. (SOUSA, 1999, p.40).

Deste modo, como já foi colocado no primeiro capítulo, podemos perceber que a política pombalense trilhava por um caminho em que as pessoas ligadas à política partidária eram pessoas ricas e de famílias tradicionais, que capitalizaram bastante riqueza às custas do trabalhador rural e que objetivavam se manter no poder por vários e vários anos, permanecendo nesses espaços durante gerações. Claro que quem perdia com tudo isso era o cidadão pombalense, o qual via sua própria cidade estagnada no desenvolvimento por efeito do privilégio de poucos.

Pombal, desde sempre, foi muito lenta no seu processo de desenvolvimento social, resultante em falta de políticas públicas, principalmente se comparada a outras cidades vizinhas e que um dia foram parte de seu território. Exemplo disso são as cidades Sousa e Patos, que se desenvolveram mais rapidamente que a velha cidade, sendo a segunda emancipada de Pombal como nos mostra Santos (2005, n.p.):

A antiga ‘Povoação dos Patos’ pertenceu ao território do município de Pombal até 9 de maio de 1833, quando, por Resolução do Conselho da Província, foi elevada à categoria de município com a denominação de ‘Imperial Vila de Patos’. Assim, emancipada politicamente, Patos passou a ter autonomia e Conselho Administrativo próprio. Sua instalação oficial ocorreu aos 22 de agosto daquele ano.

Esse fenômeno de desmembramento de cidades com o objetivo da divisão do espaço geográfico de alguns municípios é constituído por diversas razões que se conectam, podendo haver vários tipos de razões para tal. Para Kasznar (1999), algumas dessas motivações estão por trás de interesses políticos, como aquela velha máxima de “dividir para conquistar”, posto que essa divisão “oferece aos poderosos do momento uma oportunidade de articular o

desmembramento no qual as novas lideranças do espaço municipal sejam do seu partido. Dessa forma, podem ser ampliadas as bases de poder” (KASZNAR, 1999, p. 248).

O autor elenca, ainda, motivações econômicas, entendendo que os recursos são escassos e, diante da cobiça do ser humano, devem ser apropriados, pois possuem valor, isto é, “Dispor para si e para seus de mais valor – acumular renda e riqueza – é sinônimo de dispor de poder. E, por este prisma, de poder econômico” (KASZNAR, 1999, p. 248).

Por fim, cita as motivações demográficas, que estão associadas ao vasto território nacional e às dinâmicas de migração que dão sentido para a nova criação de uma nova cidade. Sobre isso, esclarece: “A criação de uma nova vila, que se torna cidade e, então, mais populosa e sem vizinhos, passa a necessitar de autonomia de gerência das políticas públicas. (KASZNAR, 1999, p. 251).

Essas motivações serão evidenciadas no processo de criação e de desenvolvimento das cidades, nas formações dos seus bairros, nas dinâmicas sociais de trabalho e de convivência.

Mas como se apresentava a cidade de Pombal nos idos dos anos 1970, quando se tornou lugar de abrigo de um povo expulso do campo do seu entorno? Pombal estava se tornando símbolo de modernização, haja vista as conquistas materiais que a cidade contemplava nos últimos anos, como: trem, energia, telégrafos, rádios, serviços, fábricas, escolas e feiras. É compreendido como modernização esse tempo de aquisições e conquistas materiais. Contudo, Pombal andou por longos anos a passos lentos devido às péssimas gestões da época, principalmente quando comparada a algumas cidades vizinhas, como nos apresenta Wanderley (2009).

No capítulo seguinte, iremos mostrar como surge um dos principais bairros da cidade de Pombal e como ele se torna determinante para o desenvolvimento da cidade, como se torna tão importante para a política local, como se torna o maior bairro, contudo ao mesmo tempo enfatizando o contraste de como seus moradores eram e ainda são até os dias atuais alvos de preconceito elitista. Um lugar como um ponto de intercepção entre uma cidade que contém símbolos de modernização e vivências no plano material e cultural de atraso social.

CAPÍTULO III: IMAGENS QUE INFORMAM E NOS FAZEM PENSAR SOBRE A FORMAÇÃO DAS MORADIAS POPULARES EM POMBAL-PB: O BAIRRO DOS PEREIRO

Nos capítulos anteriores, vimos o processo e as dinâmicas da vida das pessoas no campo e tudo que as levou a uma expulsão repentina de suas casas e de seus trabalhos nos anos 1970, para, especialmente no caso dos futuros moradores do bairro dos Pereiros, buscar uma nova oportunidade de vida na cidade que ainda estava em fase de desenvolvimento e nada preparada para uma expansão territorial do espaço urbano, ressaltando uma série de problemas estruturais da cidade e também de classes sociais, como veremos a seguir.

Neste capítulo apresentamos com mais detalhes e foco o objeto desse estudo, qual seja o denominado bairro dos Pereiros. Aqui faremos uma análise da formação do referido bairro da cidade de Pombal-PB enquanto resultado de um processo de migração de pessoas oriundas do espaço rural que, a partir e especialmente nas décadas de 1970 a 2000, vieram para a cidade em busca de melhorias de vida e de estabilidade financeira e se tornaram agentes de construção do espaço urbano, constituíram, em grande parte, a mão de obra necessitada pela cidade, ao passo que foram ignorados pelo poder público e não foram bem recepcionados pela elite pombalense nos mesmos espaços que eles frequentavam, criando uma barreira social.

Mesmo diante dessa situação, veremos que a população daquele bairro apresenta grande relevância em seu papel definidor para o funcionamento da cidade, providenciando trabalhadores para a demanda de trabalho e até fornecendo uma grande quantidade de eleitores em período de campanha, quando são alvos de assédio eleitoral.

Para tal abordagem, além de fontes históricas escritas, também nos utilizamos da metodologia do uso de fotografias de minha autoria e que fazem parte do meu acervo pessoal, para apresentar a você, leitor, o crescimento populacional e como está atualmente o bairro dos Pereiros, o que ele se tornou, buscando mostrar as mudanças no espaço, assim como aspectos sociais a partir dos tipos de moradias lá existentes. Voltamos, desse modo, nosso registro para saber se houve intervenções do poder público no bairro a partir da presença de suas respectivas repartições. De uma forma geral, buscamos mostrar a infraestrutura do bairro e a segurança ou a falta dela. Fizemos um breve comparativo entre o antes e o depois de alguns pontos, posto que não se tem fotografias de alguns lugares. Apresentamos ainda um mapa espacial do bairro e dados sobre o tamanho, a quantidade de habitantes e quantidade de eleitores.

Este trabalho também contou com o apoio das fotografias como fonte histórica na falta de registros escritos que também poderiam contribuir para a investigação. Isso se torna possível graças a ampliação do conceito de documento ou fonte histórica.

Em acréscimo, importa ressaltar que, mesmo timidamente, a produção de fotografias e, conseqüentemente, a sua divulgação a partir do final do século XIX gerou uma nova relação entre a humanidade e o mundo das imagens que antes eram apenas impressas. Graças a isso, a História ganhou uma nova forma de fazer interpretações historiográficas válidas no campo da História Social e das Mentalidades por meio da iconografia, que é o estudo com auxílio das imagens.

A fotografia desde seu surgimento está associada à realidade. Imagem é vista quase sempre como sinônimo de comprovação do real, como uma prova de uma realidade que foi capturada e fixada no instante em que algo aconteceu, um fragmento de realidade, uma prova irrefutável.

Assim, por meio da ampliação do conceito de fonte histórica, foi possível também produzir uma História na perspectiva daqueles a quem a própria História negava seu papel enquanto também agente de construção.

[...] a fotografia é uma forma de expressão cultural, na qual foram registrados do tempo, aspectos como religião, costumes, habitação, enfim acontecimentos sociais de diversas naturezas, foram objetos documentados através da imagem. Dessa maneira, mostra que o fotógrafo, enquanto autor da imagem também, participa do processo de representação, já que domina as técnicas de fotografar e direciona essa forma de interação. O autor vai além, determina que no contexto de produção, o fotógrafo age como filtro cultural. (SANTOS; KOSSOY, 2008, p. 141).

A fotografia, antes apenas um instrumento ilustrativo, assume o *status* de documento com um papel reflexivo, que direciona e situa os interesses fundamentais e individuais do fotógrafo, o qual, como bem colocam Santos e Kossoy (2008), auxilia na produção do conhecimento sobre os períodos históricos, dos fatos ocorridos e de grupos sociais como um filtro da cultura. Em complemento, afirma:

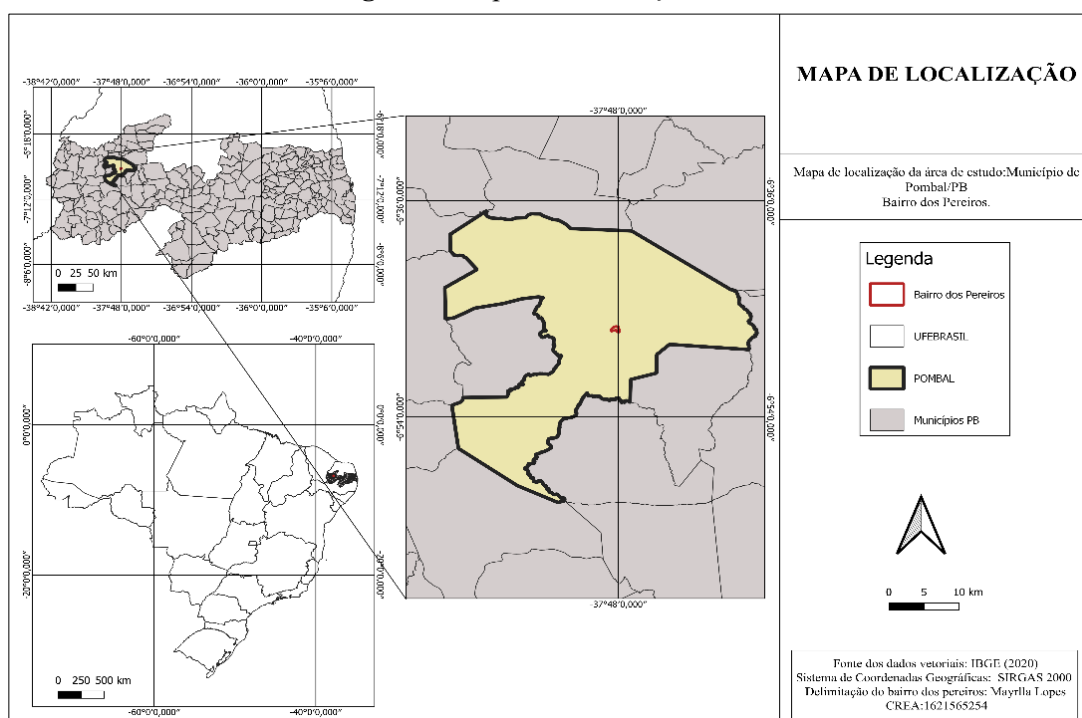
A fotografia é portadora de um discurso na medida em que se presta a traduzir um instante repleto de intencionalidades. Possui, portanto, finalidade documental, considerada meio de expressão, informação e mesmo de representações. Está contida na imagem a visão de mundo do autor, por mais variado que seja seu assunto, [...]. (SANTOS; KOSSOY, 2008, p. 142).

Portanto, o uso da fotografia foi escolhido como metodologia de estudo para ajudar na construção dessa pesquisa, reforçando a narrativa, tendo em vista que não há uma vasta materialidade escrita acerca do tema aqui trabalhado. É nos apropriando do que se discute como a revolução documental que produzimos, por meio da fotografia, uma interpretação daquela época.

3.1 Imagens que nos apresentam espacialmente o “Bairro dos Pereiros”

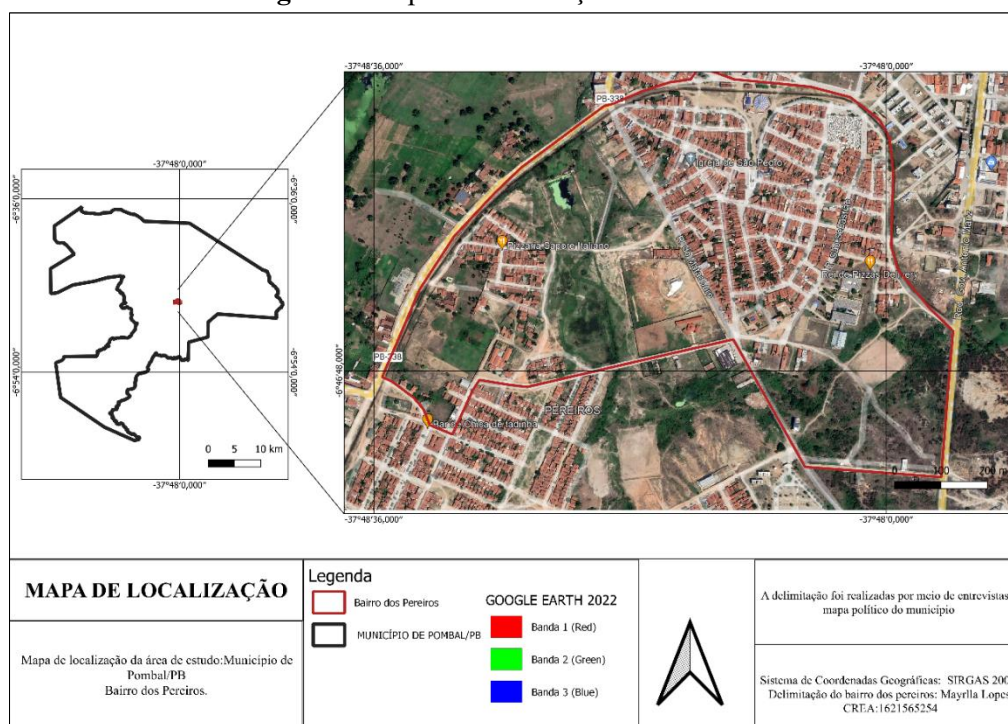
Pombal, como uma das cidades mais antigas da Paraíba, tem também um dos maiores territórios do estado, como veremos no mapa a seguir (**Imagem 01**). O bairro dos Pereiros, situado na cidade de Pombal, é sem dúvidas o bairro periférico mais populoso da cidade. Abaixo veremos uma imagem espacial que nos mostra essa dimensão de forma visual.

Imagem 1: Mapa de localização



O mapa (figura 01) apresenta a localização do município de Pombal e sua posição dentro do estado, onde apresenta a área territorial de 894,099 Km².

FONTE: Acervo pessoal (2023)

Imagem 2: Mapa de delimitação do bairro dos Pereiros

O mapa (Figura 02) está apresentando o mapa de delimitação do bairro dos Pereiros georreferenciado com área de 0,653 Km².

FONTE: Acervo pessoal (2023)

Segundo dados do IBGE do ano de 2022, retirados diretamente do site do IBGE, em um censo demográfico até a data de 25/12 do referido ano, a cidade de Pombal contava exatamente com 32.499 habitantes em todo seu território urbano. Infelizmente, fazendo a mesma busca no site do IBGE não foi possível encontrar a quantidade de moradores do bairro dos Pereiros e nem sequer a prefeitura da cidade disponibilizou esse dado.

Segundo dados do TRE, retirados do seu site e atualizados em 11/07/2022, podemos verificar que a cidade de Pombal, em seu montante de habitantes, possui 25.164 eleitores, que representa mais de 70% de seus habitantes. Infelizmente, fazendo a mesma busca no site do TRE não foi possível encontrar a quantidade de eleitores do bairro dos Pereiros, pois mostrava a informação apenas por cidade. Para esse registro, precisávamos de outras formas de consulta a outras fontes, mas no momento não dispúnhamos de condições para buscá-las.

O bairro dos Pereiros é cortado pela linha férrea que o divide o centro da cidade. Hoje contém duas entradas, a primeira tem como porta de entrada o cemitério mais antigo da cidade localizado ao lado de uma antiga empresa, a Brasil Oitica S/A (localizada no centro, mas divisa do bairro), que atualmente existe apenas como parte do que um dia já foi expressão de produção de riqueza, de que resta somente uma chaminé. Seu território atualmente foi vendido para algumas pessoas do ramo imobiliário que estão vendendo lotes e até já possuem casas

habitadas. Por sinal, já foi até construído um Programa de Saúde Familiar (PSF) aproximadamente na parte central do lote.

Imagem 3: Uma das entradas do bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 4: Cemitério Nossa Senhora do Carmo localizado na entrada do bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 5: Cemitério de Nossa Senhora do Carmo – 1956



FONTE: Acervo de SOUSA (2002).

Imagem 6: Chaminé da antiga Brasil Oitica S/A localizada ao lado de uma das entradas do bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 7: Local que antes era a Brasil Oitica S/A que hoje é um loteamento para a construção de habitações



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 8: Prédios da estrutura da antiga Brasil Oiticica S/A que hoje é um loteamento para a construção de habitações



FONTE: PINHEIRO (2020).

A outra entrada do bairro dos Pereiros fica no outro extremo do bairro, local que liga uma das ruas principais do centro, onde estão localizados diversos comércios novos e antigos, na rua Travessa Herculano José de Sousa. Essa segunda entrada atualmente conta com uma longa faixa de asfalto, pois liga o centro a dois pontos de extremo interesse da cidade: a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o polo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Antes, essa mesma rua era a famosa rua dos prostíbulo, dos quais hoje apenas restaram alguns espaços malconservados e que até pouco ainda prestavam tais serviços.

Imagem 9: Uma das entradas do bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 10: Rua asfaltada que liga o centro ao bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Em destaque, na **Imagem 10**, acima, vemos um grande depósito, assim usado atualmente, mas que antes era um “rói”, bem como na **Imagem 11**, abaixo, vemos alguns dos espaços malconservados, antes local de funcionamento dos prostíbulos. Enquanto isso, na **Imagem 12**, podemos observar a única UPA da cidade e, na **Imagem 13**, a UFCG – Pombal.

Imagem 11: Rua asfaltada que liga o centro ao bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 12: Rua asfaltada que liga o centro ao bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 13: Ao final da rua asfaltada vemos a UFCG



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Próximo a essa entrada, podemos observar duas coisas: uma antiga empresa que ainda funciona, a “Doçaria Dyana” (**Imagem 14**), que há muitos anos cooptou mão de obra de moradores do bairro dos Pereiros, bem como um restaurante popular construído há pouco tempo por uma ação do governo do estado da Paraíba e que vende marmitas diariamente ao preço de um real e, desse modo, alcança um grande público do bairro dos Pereiros (**Imagem 15**).

Imagem 14: A entrada da fábrica de doces Dyana



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 15: O restaurante popular implementado pelo governo do Estado no centro, mas próximo a entrada do bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

O bairro atualmente não possui nenhuma grande empresa ou indústria localizada em seu espaço, contudo conta com uma série de pequenos comércios, como barbearias, copiadora, mercadinhos, padarias, salões femininos, sorveterias, bares e serviços outros.

Para se ter acesso, existe um caminho alternativo para a entrada do bairro, usando uma pequena faixa de terra que fica localizada no exato local onde fica a antiga estação de trem, hoje desativada (**Imagens 16, 17 e 18**).

Imagem 16: Parte frontal da antiga estação ferroviária



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 17: Parte posterior da antiga estação ferroviária



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 18: Estação ferroviária de Pombal 1958



FONTE: SOUSA (1999).

Podemos perceber que, por meio da interferência da repartição pública municipal, encontramos uma escola, uma creche e um Programa Saúde da Família (PSF) – que está funcionando atualmente e tem atendido a uma parcela significativa da população desse bairro. O PSF foi construído em 25/07/2015, na gestão municipal da prefeita Yasnaia Pollyana, no governo estadual de Ricardo Coutinho, no governo federal de Dilma Rousseff.

Imagem 19: PSF localizada ao lado da creche Gente Inocente



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 20: Creche municipal Gente Inocente



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 21: Escola Municipal “Newton Seixas” CAIC localizado ao lado da creche Gente Inocente



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Intrigante é perceber que a Cadeia Pública de Pombal, a única da cidade, fica localizada exatamente no bairro dos Pereiros, como mostra a **Imagem 22**. Está localizado em uma das principais ruas do bairro, ao final da rua Miguel Brilhante, ficando apenas a alguns metros da UPA (praticamente de frente), próximo também da UFCG e até da escola e creches, além de ter algumas moradias a sua volta. Isso mostra o quanto a localização do bairro é periférica em relação ao centro, razão pela qual a cadeia representa um símbolo de que a punição por crimes está localizada naquele bairro e, por isso, foi colocada em lugar afastado.

Imagem 22: Cadeia Pública de Pombal



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Por último, temos uma das mais conhecidas ruas, a Herculano José de Sousa. Ali se situa a Igreja de São Pedro e sua referida casa paroquial, onde uma grande parte de moradores desse bairro vão para professar sua fé. Basicamente é em volta dessa igreja que vemos a crescente das moradias sendo formada, assim como em muitas cidades que se desenvolvem ao redor de uma igreja local.

Imagem 23: Casas antigas e abandonas próxima da Igreja de São Pedro localizado na rua Herculano José de Sousa



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 24: Casa paroquial da Igreja de São Pedro localizada na rua Herculano José de Sousa



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 25: Igreja de São Pedro localizada na rua Herculano José de Sousa



FONTE: Acervo pessoal (2023).

O bairro, assim como a cidade, é essencialmente católico, por isso não vemos muitas outras igrejas localizadas nesse espaço. Entretanto, foi encontrada uma pequena igreja evangélica da Assembleia de Deus em uma rua que nem sequer possui calçamento, como mostra a imagem abaixo:

Imagem 26: Igreja Assembleia de Deus



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Alguns comércios podem ser avistados também ao circular o bairro. Em sua grande maioria, são comércios de pequeno e médio porte, sendo que alguns deles funcionam não em espaço empresarial, mas em residências.

Imagem 27: Ponto comercial: Distribuidora de vidros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 28: Ponto comercial: Açaiteria Point Mix



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 29: Ponto comercial: Salão feminino da Rejane



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 30: Ponto residencial: Vendedor de lambedor caseiro



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 31: Ponto comercial: Padaria



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 32: Ponto residencial: Manicure e pedicure



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 33: Ponto comercial: Oficina de Jackson Motos



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 34: Ponto comercial: Mercado Ponto Forte



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 35: Ponto comercial: Panificadora Almeida



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 36: Ponto comercial: Farmácia Farma Forte



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 37: Ponto comercial: Panificadora Maringá



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 38: Ponto comercial: Mundo das bebidas



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 39: Ponto comercial: Mercadinho Bom Jesus



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 40: Ponto comercial: Mecânica São Francisco



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 41: Ponto comercial: Lanchonete e conveniência Light



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 42: Ponto comercial: Oficina MS motos



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 43: Ponto comercial: Mercadinho Minibox Monteiro's



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Podemos notar que os comércios, em sua grande maioria, são de pequeno porte, geralmente atendendo exclusivamente ao público do próprio bairro. Suas acomodações são bem simples, sem muita estrutura, sendo alguns deles em um ponto residencial mesmo. Ao que nos parece, esses pequenos comércios têm suas atividades desenvolvidas em família, ou seja, muitos deles não teriam condições de pagar funcionários para trabalhar. A exemplo disso, temos o vendedor de lambedor caseiro, que, além de ser pequeno comerciante local, ainda se caracteriza por ter um público vindo da zona rural e adepto da cura pelos remédios tradicionais.

A seguir veremos algumas moradias populares em ruas tradicionais do bairro:

Imagem 44: Moradias populares do bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 45: Moradias populares do bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 46: Moradias populares do bairro dos Pereiros.



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 47: Moradias populares do bairro dos Pereiros



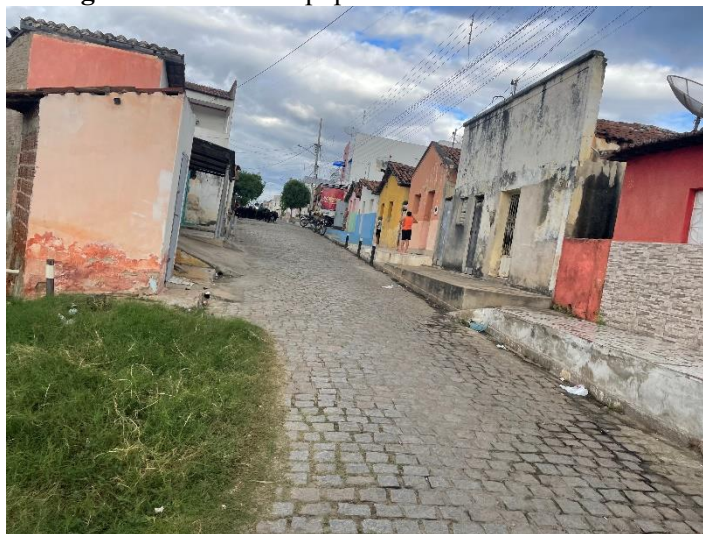
FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 48: Moradias populares do bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Imagem 49: Moradias populares do bairro dos Pereiros



FONTE: Acervo pessoal (2023).

Como podemos perceber, uma grande parte das ruas possui calçamento, mas apresentam uma certa falta de cuidado com o espaço urbano por parte da administração pública. Tais moradias são bem pequenas, embora, por vezes, sejam ocupadas por uma quantidade de familiares que não condiz relativamente com o espaço de habitação. Além disso, foram construídas há muitos anos e visualmente apresentam a necessidade de reforma.

3.2 Signos de uma modernização... para poucos

Em meados da segunda metade do século XIX, o Brasil começava a voltar seu olhar para a um processo de modernização. Buscava a partir dessa visão de civilidade e progresso repensar seu modelo de sociedade.

O período de início da República é fortemente marcado pelo que a historiografia chamou de *Belle Époque*. Tal termo descende da língua francesa e caracteriza um período em que grande parte do ocidente foi influenciado por profundas ideias efusivas de modernidade tecnocientífica e de crença no progresso civilizatório. No Brasil, essa influência esteve no campo das artes, da cultura e de uma política modernizadora. Era o primeiro passo para abandonar o modelo desenvolvimentista político da monarquia que ainda era muito recente no país. Essa modernidade atingiu principalmente o setor urbanístico, com grandes feitos na arquitetura de casas, nos transportes, e nas grandes avenidas.

Neste sentido, foi proposto construir um novo modelo de sociedade e de política, e destruir o antigo. Era a busca pela ordem e pelo progresso, alcançar a modernidade através da construção de um novo lugar onde moram os cidadãos, a cidade.

Claro que o grande alvo de tais mudanças foram as cidades litorais, os grandes centros urbanos que se apresentavam como cartões postais do país. Todavia, as cidades interioranas entraram na disputa pelo moderno, encantadas pelo discurso modernizador repleto de signos. Esse movimento em direção ao interior pode ser observado por volta da década de 1930.

Podemos compreender, então, a ideia do processo de modernização na cidade de Pombal-PB por meio das conquistas materiais do urbano e seus símbolos, que ficaram no imaginário do cidadão pombalense. Entretanto, essa tal modernização chega muito lentamente, justamente em face de uma péssima administração política daqueles mesmos grupos citados no capítulo anterior, visto que tinham apenas interesses individuais, acarretando em atraso para a sociedade pombalense em comparação a outras cidades.

Pombal sofria com problemas de infraestrutura básica, como: falta de estradas, transportes, saneamento básico, energia elétrica e etc. Além disso, seu povo enfrentou a miséria causada pelos anos de secas, foi vítima da exploração, na posição de mão de obra barata, daqueles que estavam no poder.

Uma das grandes transformações significativas no município foi a chegada do motor elétrico movido a diesel no ano de 1927, que trouxe energia elétrica. Sousa (1999) destaca o contexto de Pombal anterior a essa conquista material:

(...)Toda a sociedade pombalense era nivelada por uma iluminação a bico de lamparinas, velas e lampiões. Inicialmente, as luzes foram instaladas apenas nas residências, depois, com hora marcada para acender e apagar, nas vias públicas, em postes de madeira. (...). (SOUSA, 1999, p. 61).

A cidade de Pombal-PB pôde vivenciar, entre as décadas de 1930 e 1950, um período de mudanças quase que profundas em seu território, tanto na questão espacial como social. Passou a ganhar uma nova cara com a aquisição de alguns equipamentos antes vistos como modernos e estranhos ao cotidiano local. De fato, a modernidade parecia favorecer aquela cidade em desenvolvimento. A chegada do trem, praças, cinema e energia elétrica, pareciam tornar Pombal um novo ambiente.

Contudo, como nos apresenta Santana (2004), havia alguns trechos urbanos pombalenses que não recorreram ao processo de modernização, sofrendo mesmo o preconceito pela sua não adoção. Falando especificamente de um bairro da cidade, conhecido ainda hoje por bairro dos Pereiros, considerado “periferia” da cidade, ou seja, aquilo que está às suas margens.

3.3 “Bairro dos Pereiros”: entre o moderno e o preconceito

A luta por moradia nesse país sempre foi uma “guerra” perdida. A reforma agrária nunca veio, mesmo havendo fortes resistências de movimentos sociais pela terra, a exemplo do MST (Movimento dos Sem Terra), do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e até de um movimento mais recente e essencialmente urbano, o MDM (Movimento Pelo Direito à Moradia). Esses grupos até podem ter realizado alguns bons feitos, mas sem muito apoio de governos, que servem essencialmente ao mercado e aos interesses capitalistas, e, em decorrência disso, os movimentos acabam sofrendo diversas derrotas. Uma guerra de narrativas que faz com que esses movimentos sejam vistos como criminosos, inclusive por muitos da base da pirâmide social.

Sendo assim, ter um lugar próprio para morar tem sido um sonho muito difícil de ser alcançado para uma grande parte dos brasileiros.

Desde a extinção do BNH (Banco Nacional de Habitação), em 1988, a habitação persiste como um bem inatingível para grande parcela dos brasileiros. Mesmo aqueles que conseguem ter acesso a essa “mercadoria impossível” o fazem, na maioria das vezes, em condições de enorme precariedade. Embora a ação do BNH fosse falha em muitos pontos¹, com a sua extinção a moradia popular ficou órfã, passando por vários ministérios e secretarias, sem que se conseguisse definir com clareza um padrão de política pública a ser implementado. (CARDOSO; RIBEIRO, 2002, p.15).

O leitor (a) que me acompanha nesse momento sabe que nos últimos anos, mais precisamente a partir dos anos 2000, tivemos alguns governos de esquerda, comprometidos com a sociedade e com programas de inclusão social. Mais precisamente, foram quatro mandatos de governo do PT, sendo dois deles feitos por Luís Inácio Lula da Silva e mais dois feitos por Dilma Rousseff (impedida de terminar seu último mandato por meio de um processo), e, por essa razão, alguns avanços foram feitos no campo social para resolver a questão da fome, da falta de renda e também da moradia própria, mediante a criação de programas como o “Fome Zero”, “Bolsa Família”, “Minha Casa Minha Vida” e tantos outros.

É fato que algumas pessoas que tiveram condições de participar de um programa para adquirir sua habitação, mesmo que tivessem uma renda baixa, poderiam conseguir tal feito. Foi nesse período, inclusive, que tivemos políticas mais efetivas para se fazer cumprir o que está assegurado na Constituição de 1988, em que consta ser de competência da União, estados e municípios promover programas de construção de moradias.

Embora esse não seja o caso da realidade das pessoas que vieram do campo para a cidade de Pombal e que ajudaram a formar um dos principais bairros da cidade, o bairro dos Pereiros, há muito a ser comentado sobre esse local, pois ele é o bairro mais populoso das periferias da cidade e nasce ao lado do centro, dividido pela linha férrea que corta a cidade em duas zonas diferentes, como veremos a seguir, além de interligar o Nordeste com o restante do Brasil.

A título de informação, conversamos com algumas pessoas que moram ali ou já moraram, ao que revelaram que o motivo para o nome dado ao bairro era devido a uma antiga vegetação daquele lugar, o pereiro. Tal vegetação é muito comum em regiões onde a caatinga arbustiva é predominante.

Esse novo bairro, assim denominado de Pereiros, veio a se tornar muito importante, visto que lá chegava uma grande parte das pessoas que migraram para cidade e viam uma oportunidade diferente da vida do campo, isto é, de poder conseguir um emprego estável e também desfrutar do processo de modernização pelo qual Pombal já estava passando, principalmente com a chegada de alguns símbolos como a luz elétrica e o trem. Com essas novas conquistas materiais que prometiam tantas melhorias nos campos econômico e social, sucederam-se transformações e criou-se uma nova dinâmica social, além de uma conformação espacial que deu origem ao bairro dos Pereiros. Uma análise de Santana (2004) sobre o tópico:

Próxima ao lugar onde foi construída a Estação Ferroviária havia apenas o cemitério local. Após a passagem do trem por aquele trecho quase inabitado, os nossos relatos fazem ver um novo lugar de habitação, a partir da montagem de “casas” populares aos redores, fazendo surgir a “periferia pombalense”, ou seja, o conhecido bairro dos Pereiros. (SANTANA, 2004, p. 2).

Tendo em vista que esse bairro cresceu por meio desse processo migratório, como vimos nos capítulos anteriores, podemos dizer que essas pessoas chegavam na condição de expropriados. Sem moradia e sem emprego, o que lhes restava era vender sua força de trabalho, buscar empregos que pudessem lhes gerar alguma renda, essa era a expectativa de vida do migrante. As dinâmicas de trabalho no campo eram baseadas de acordo com o número de posses de terras e gados; na cidade, por outro lado, mesmo que baseada na exploração do trabalhador, existiam algumas diferenças, como nos mostra Menezes (1985):

No campo, as condições de sobrevivência variam de acordo com o maior ou menor acesso aos meios de produção. Na cidade, aquelas se diferenciam pelo salário. Este, por sua vez, depende da qualificação profissional. Portanto, as melhores condições de sobrevivência dependem da qualificação do trabalhador. Esta é a segunda expectativa do migrante. (MENEZES, 1985, p. 109).

Além de espaço de habitação com moradias simples, nascia também um espaço de trabalho. Seus moradores eram pobres que viviam da luta árdua no trabalho diário, que ficava logo ao lado. Assim, o bairro dos Pereiros surge sem qualquer tipo de planejamento urbanístico, como lugar que poderia ser ocupado de qualquer forma, ou seja, na medida em que Pombal se modernizava, também escancarava a pobreza do outro lado da cidade.

Ainda sobre a formação do bairro, afirma Santana (2004):

O bairro dos Pereiros surge como um lugar de habitação provocado diretamente pelas conquistas materiais pombalenses. Além do trem, também são instaladas algumas fábricas e depósitos de gêneros agrícolas (como o algodão e a oiticica), cuja proximidade com a Estação favorecia uma melhor importação ou escoamento daqueles produtos. (SANTANA, 2004, p. 2).

Espaço de pobreza, mal tardou e o bairro dos Pereiros, seguindo sem uma organização urbanística, logo foi estigmatizado enquanto lugar de criminalidade e espaço de perigo. Diante disso, o bairro passava a ser uma contraposição em comparação com os feitos e as melhorias realizadas no centro da cidade pelo Poder Público municipal.

A exemplo desse descaso e dessa real distinção social, Santana (2004) nos relata que na década de 1940 aconteciam antigos bailes, que frequentemente ocorriam na sede da antiga indústria de óleos, a Brasil Oiticica S/A (cuja localidade, como exposto, é exatamente na extremidade do centro da cidade, próximo à divisa com o bairro dos Pereiros), que na época era vista como uma grande conquista e refletia o progresso da cidade. Por essa razão, lá aconteciam alguns eventos que apenas a elite pombalense frequentava.

Essa observação também pode ser comprovada pela fala da senhora Célia de Medeiros Ugulino. Nossa narradora se recorda dos bailes da Brasil Oiticica descrevendo que o mesmo “*era muito sofisticado e que só ia pra lá os convidados*”, e ainda que fosse pago pelos convidados a sua entrada e consumo no bar, ele “*era elitizado*”. E confirma o principal requisito para fazer parte daquela seleção de convidados: “*ter uma aparência*” para estar ali. (SANTANA, 2004, p. 5).

Santana (2004) indica, também, que nem mesmo os trabalhadores de lá conseguiam frequentar tal ambiente. Assim, afirma uma testemunha ocular através de relatos orais:

Aos operários cabia apenas a sua função de trabalhar na indústria, como pontuou o senhor Raimundo Fernandes da Silva, um dos trabalhadores mais antigos da citada indústria e também morador do bairro dos Pereiros, comentando que havia trabalhado na Brasil Oiticica “*desde do tempo do alicerce, por que fui eu que ajudei a sentar*”. (SANTANA, 2004, p. 05).

Para além da discriminação velada, marcada pela condição econômica, também existia o preconceito do racismo, relatado igualmente por algumas testemunhas da época, segundo as quais “pessoas de cor” não costumavam participar das festas promovidas na cidade e ainda eram alvo de olhares tortos. Isso é o que relata Santana (2004):

Esse preconceito social de cor também foi endossado pela senhora Antônia Oliveira Fernandes, quando afirmou que o racismo era algo muito corrente na cidade. *“Todo mundo já olhava atravessado pra um nego (sic). Como se ele vale-se menos. E daí cada um já sabia o seu lugar. Num podia nem reclamar. Principalmente se fosse nego (sic) e pobre”*. (SANTANA, 2004, p. 8).

Contudo, observamos que a indústria da Brasil Oiticica S/A representava um lugar de heterogeneidade social, assim como a cidade em seus espaços de habitação. Aos poucos, através de relatos e de vivências, vamos entendendo a barreira social entre aqueles que moravam no centro de Pombal e aqueles que moravam distantes dali.

Quando dizemos que a linha férrea que cortava o centro da cidade e o bairro dos Pereiros e que isso criava uma divisão de dois espaços diferentes, essa divisão espacial pode ser entendida também como uma linha real de divisão social com diferença de trabalhos, de moradias e de dinâmica cotidiana de vida dos moradores de um bairro e do outro. O centro da cidade sempre esteve ocupado pelos mais ricos da cidade, enquanto os Pereiros era formado pelos mais pobres. Mesmo sendo um bairro fornecedor de mão de obra, os Pereiros desde sempre foi visto como um bairro “perigoso”.

Corroborando essa visão, alvo de um preconceito elitista que perdura até os dias atuais, o bairro dos Pereiros já esteve na condição de ter uma rua, muito famosa por sinal, em que era muito comum a prática da prostituição. O Pereiros não era apenas um bairro visto como perigoso, era também o lugar da “promiscuidade” pombalense, graças aos prazeres ali ofertados, a exemplo dos prostíbulos.

No decorrer do século XX, era forte a prática de localização de cabarés, principalmente nas ruas situadas após os trilhos. E Pombal não fugiu da regra em virtude dos trilhos terem entrado na cidade pelo conhecido “Rói Couro”, rua constituída por ambientes de prostituição. (ABRANTES, 2014, p. 31).

Por ser espaço de “promiscuidade” local e de pobreza, o bairro dos Pereiros sofreu com o estigma social que foi criado para si, o estigma de ser um lugar onde “pessoas de bem” deveriam evitar passar ou frequentar certos ambientes de lá, ou mesmo nas suas proximidades.

Contudo, o fato é que essas mesmas pessoas do bem cruzavam a linha de trem e se beneficiavam do alvo proibido, ou seja, condenar é tentar apagar ou dissimular ações falso moralistas.

Essa visão acompanhou os pobres moradores daquele bairro, justamente no momento em que a cidade vivenciava profundas transformações causadas por esse processo de modernização. Muitas daquelas conquistas materiais não fizeram parte da vida de todos os pombalenses, o cenário estava desenhado entre os que possuíam as coisas e aqueles que queriam possuir. A cidade foi se modificando espacialmente, mas principalmente no campo simbólico, por meio das contradições das novas dinâmicas de viver na cidade.

É importante destacar que, por vezes, fazemos algumas colocações e denúncias de que o bairro dos Pereiros e seus moradores não tiveram a oportunidade de desfrutar do desenvolvimento da cidade e de toda materialidade por eles produzida e conquistada, a exemplo dos objetos modernos e dos espaços de socialização, ou mesmo sequer tiveram auxílio de muitas políticas públicas que mudassem aquela realidade de pobreza e preconceito. Afinal, esses mesmos cidadãos são aqueles que foram prejudicados pelo próprio Estado quando tiveram que sair de suas terras, pois mudanças nas relações de trabalho foram feitas graças à acumulação primitiva de capital das famílias tradicionais, ocasionadas por políticas desenvolvimentistas que beneficiaram apenas esses grupos. Podemos dizer, desse modo, que o lugar, o plano físico geográfico, sua proximidade com antigos pontos de circulação de pessoas, em tempos ativos da passagem e parada ali na estação, assim como os desempregados da próspera fábrica Brasil Oiticica S/A, após seu fechamento, tornaram-se ponto de apoio para a crescente onda de migração do campo no entorno da cidade.

Como vimos anteriormente, o bairro dos Pereiros é considerado sem pré-conceito: entendido como um local “perigoso”, onde há ocorrência de vários delitos, o que gera o preconceito social, por se tratar de um bairro pobre, além do preconceito racial que é histórico e data desde os tempos dos relatos apresentados nas citações do autor Santana (2004).

Em tempos de eleição, no entanto, é o bairro dos Pereiros um dos principais alvos dos políticos locais para conseguir votos, uma vez que sua grande população tem poder de decidir uma eleição. Claro, aproveitam-se da condição de pobreza a fim de oferecer favores e/ou objetos em troca do apoio nas urnas.

Todavia, em razão da força e do crescimento do bairro, atualmente existe uma mulher representante na câmara municipal de Pombal, uma vereadora que se chama Edni Evaristo Neri, uma figura de representação do bairro dos Pereiros, pois é oriunda de lá. Sua história e sua atuação merecem uma discussão a parte em outro trabalho, de modo a discorrer sobre o tipo de

trabalho e qual o contato que essa parlamentar originária desse bairro mantém com os moradores, se é porta voz e ouve seus anseios.

Sendo atualmente o bairro dos Pereiros um dos mais populosos bairros da periferia da cidade, podemos perceber que houve o depauperamento do trabalho, e somente por intermédio de melhorias nos direitos trabalhistas e da criação/melhoria de acesso à educação, à saúde, a saneamento básico e à segurança veríamos melhorias socioeconômicas na vida daquelas pessoas. Apesar de que, mesmo melhorando o bem-estar dos trabalhadores, isso ainda seria apenas uma medida de alívio para estancar o problema causado pela arbitrariedade do Estado ao não incluir, no passado, os trabalhadores e o pequeno proprietário de terra naquele processo de capitalização.





Reverendo assim os prédios públicos que estão inseridos no bairro dos Pereiros, abre-se uma margem para analisar e refletir quão timidamente o poder público agiu nesse espaço. Alguns erros cartográficos ao permitir a alocação de casas em espaços sem muita preservação, de difícil acesso ao saneamento básico e tantos problemas estruturais, assim como possuir uma cadeia pública em torno de residências e da escola. Tudo isso reflete a falta de planejamento do espaço.

Este trabalho, que partiu de uma questão do presente, ou seja, de uma inquietação que nos leva a tal investigação para entender o momento atual, tornou necessário voltar ao início da formação desse bairro, partindo da origem daquelas pessoas. Graças a isso, pudemos entender a representação que existe sobre bairro dos Pereiros, na perspectiva do preconceito e da discriminação. No entanto, embora diante de toda essa discriminação, o bairro conseguiu se expandir com muita luta, mesmo que alguns resultados tenham aparecido tardiamente, isso mostra a força e a luta daqueles moradores para tentar serem reconhecidos igualmente.

O bairro e sua história se tornam maiores do que a discriminação e seus algozes, pois ele é fornecedor de mão de obra e de eleitores, que são tão procurados em época de campanha eleitoral. Em suma, podemos observar que mesmo sendo tratadas como inferiores, aquelas pessoas são de grande relevância para o espaço urbano, para a política, e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante perceber que as cidades, no fundo, tornaram-se espaços de disputas de poder. Dessarte, são as disputas de classes que nos revelam quais são os reais interesses por trás desses conflitos.

É a partir dos estudos do materialismo histórico, iniciados por Karl Marx e Friedrich Engels que as cidades vão passar a ser vistas como locais de conflitos sociais das diferentes classes que disputam em seu interior não apenas a produção de sua existência, mas também a conquista do poder político. (WANDERLEY *et al*, 2016, p. 9).

A cidade de Pombal, localizada no Sertão paraibano, apresenta-se no trabalho até aqui produzido como um cenário rico de contradição, como a maioria das cidades do país, entre rastros do antigo e símbolos da modernidade, porém distante em humanização. Seus habitantes, ainda fortemente marcados pelo ser sertanejo, pouco afeiçoados às transformações bruscas de hábitos e costumes que vão mudando, ainda convivem em péssimas condições de habitabilidade, apresentadas no plano urbanístico inicial daquela cidade.

Ao apresentar o bairro dos Pereiros, tínhamos por pretensão contribuir com a historiografia local, trazendo um olhar sobre o problema social que se encontra em sua formação, considerando que é ele resultado da migração do campo, ou seja, de problemas estruturais de uma sociedade que se revela dentro dessas relações interpessoais em um período crítico e de extrema importância, resultando na expansão do território urbano de Pombal de qualquer jeito.

Ademais, esse trabalho se apresenta como necessário ao apoiar o tipo de produção historiográfica que conta a história do lado dos vencidos e não com o velho método da história dos vencedores.

Ao concluir esse trabalho, podemos perceber que ainda há muito a ser estudado e pesquisado, posto que aqui foi feita apenas uma breve análise da minha cidade, Pombal-PB, dentro do recorte temporal dos anos 1970 a 2000, tempo que abarca a formação do bairro dos Pereiros, objeto mais particular desse estudo. Também entendemos que existem diversos desafios na historiografia e, exatamente por isso, ela está sendo pouco a pouco construída, aberta ao estudo.

Ao contarmos parte da história do bairro dos Pereiros, tomando-o como um fato histórico, falamos a partir do nosso momento contemporâneo, razão pela qual acredito que em

um futuro próximo surgirão novas visões sobre o assunto e que, a partir de novas descobertas, precisarão ser feitas novas investigações. Nessa perspectiva, a pesquisa que aqui foi elaborada buscou apresentar um texto que contribuísse para o trabalho de conclusão de curso ao passo em que apresenta ao leitor(a) um breve trecho da história da formação da cidade de Pombal e, em especial, a formação das moradias populares de Pombal-PB.

Nesse sentido, mostramos o processo que levou à formação do bairro dos Pereiros: através das dinâmicas da vida no campo no contexto social de atuação das oligarquias, dos coronéis, assim como mediante o agravamento da vida por causa das secas e do acúmulo primitivo de capital, em que muitas famílias se deslocaram de suas moradias no campo, fugindo da fome e da miséria, acreditando que iriam encontrar melhores oportunidades na cidade, espaço de modernidade, para, ao chegar lá, perceberem que não seria tão simples se adaptar ao novo modelo de vida. Embora tenham sobrevivido, tornaram-se alvo dos mais diversos preconceitos que permanecem até os dias atuais.

Sobre essa temática, e na elaboração da pesquisa, utilizamo-nos da contribuição da historiografia local, assim como de trabalhos sobre a cidade. Como documentação, elegemos a fotografia a partir da construção de um acervo de fotos de produção autoral. A partir delas e em diálogo com escritos de memorialistas pombalenses, traçamos um quadro de apresentação do bairro em suas imagens e fatos.

Outro aspecto importante de relatar é que, para este estudo, muito pouco foi encontrado no quesito trabalhos publicados, o que dificultou a produção do trabalho sobre a temática abordada. Entretanto, isso acabou nos conduzindo a levar à frente a pesquisa ainda sobre o assunto, posto que esse sempre foi parte de uma curiosidade pessoal.

Em relação ao que o trabalho apresenta no capítulo I, intitulado **AS DINÂMICAS DA VIDA NO CAMPO E O ÊXODO RURAL**, abordamos o surgimento das oligarquias no território do interior paraibano e a influência do coronelismo – um fenômeno decorrente do novo modelo de política instituída pela Primeira República de 1889. Além disso, consideramos que toda essa transformação ocorrida na vida sertaneja, com o agravante das secas, levou famílias de pequenos agricultores a se deslocarem para a vida urbana através de uma expulsão indireta.

No capítulo II, intitulado **FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE POMBAL-PB**, abordamos a questão da falta de planejamento do espaço cartográfico da cidade de Pombal, a qual nos é revelada ao sentir o impacto do recebimento daquelas famílias que migraram para lá. É apresentado, ainda, a partir do momento em que Pombal deixa de ser um vilarejo para se tornar uma cidade, quando apresentava tantas adversidades retratadas no seu baixo

desenvolvimento em diversos setores. Consideramos que, por causa dessa falta de estrutura, os bairros periféricos vão se formando com problemas estruturais, o que mais tarde se reflete em uma clara divisão de classes.

No capítulo III, intitulado **IMAGENS QUE INFORMAM E NOS FAZEM PENSAR SOBRE A FORMAÇÃO DAS MORADIAS POPULARES EM POMBAL-PB: O BAIRRO DOS PEREIRO**S, abordamos a formação do bairro dos Pereiros como parte do processo migratório de famílias oriundas do campo, bem como consideramos que o desenvolvimento desse bairro ocorre em um espaço que tem seu crescimento ligado ao entorno das fábricas. Esse crescimento é aqui apresentado por meio das fotografias de ruas, moradias, comércios, escolas, creches, entre outros prédios públicos que contribuíram para uma expansão territorial, aumento no número de trabalhadores, moradores e, conseqüentemente, de eleitores, apesar de ainda se manter estereótipos e preconceitos que podem ser melhor trabalhados em outros estudos.

Enfim, esperamos verdadeiramente que esse tema ainda desperte mais curiosidade em outros pesquisadores a fim de que, conseqüentemente, realizem-se novas pesquisas sobre o tema e mais fatos possam ser descobertos. Como dito anteriormente, a busca por esse tema tem muito a ver com minha curiosidade sobre a história desse bairro. Muitas histórias que ouvi e ainda escuto, as coisas que percebo diariamente foram extremamente importantes para a realização deste trabalho. Acredito que mesmo com as dificuldades para desenvolver este estudo, o resultado parece válido.

É com muita felicidade e com aquele velho sentimento de dever cumprido que finalizo esse trabalho, e espero não acabar, encerrá-lo por aqui. A todos e todas que acompanharam esse trabalho até aqui, espero ter contribuído de alguma forma, colocando algumas questões que procuramos discutir, mas sabendo de novos outros questionamentos que em outros momentos possam ser recolocados e aprofundados. Trilhar esse caminho não é fácil, mas é necessário.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, A. de A. **Pombal Nos Caminhos De Ferro: História, Memória e Patrimônio Ferroviário Na Paraíba (1932-2001)**. 2014. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2014.

ABREU, J. C. **Capítulos de História Colonial: caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Editora universitária de Brasília, 1998.

BARROS, J. D.'A. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BURKE, P. **História e teoria social**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venancio Majer, Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 2002.

CARDOSO, A.; RIBEIRO, L. Os municípios e as políticas habitacionais. **Inserção urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da habitação de interesse social**. São Paulo, FAUUSP, 2002.

CARDOSO, J. R. A. A seca de 1979 – 1983. **Tema: Seca no Nordeste brasileiro**, 2008. Disponível em <<http://omundocomoeleee.blogspot.com/2008/02/seca-de-1979-1983.html>>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato público brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARIAS, R. B. de S. *et al.* **A grande seca de 1979-1983: Estado, oligarquias, frentes de emergência e resistência camponesa em São João do Cariri-PB**. 2018. Monografia (Graduação em Educação no campo). Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, 2014.

FORTUNATO, M. L. **O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

IBGE. Cidades e Estados, população estimada, 2021. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/www_flow.accept?p_context=sig-eleicao-eleitorado/filtros/219917045495941>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

KASZNAR, I. K. Criação, divisão e desmembramento de municípios. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 6, p. 247 a 254-247 a 254, 1999.

MENEZES, M. A. de. **“Da Paraíba para São Paulo e de São Paulo pra Paraíba”** (migração, família e reprodução da força de trabalho). 1985. Dissertação—Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

NASCIMENTO, M. C. M. do. **Filhas e Irmãs do Padre Ibiapina: educação e devoção na Paraíba (1860-1883)**. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

NOBRE, G. F. **Os impactos ambientais no Rio Piancó, no perímetro urbano, da cidade de Pombal/PB**: um estudo de caso. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2014.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943**. A Bahia na Primeira República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEIXOTO, M. C. D. Expansão urbana e proteção ambiental: um estudo a partir do caso de Nova Lima /MG. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. 11., 2005, Salvador - BA. **Anais...** Salvador: [s.l.], 2005, 12 p. Disponível em: <<http://www.xienanpur.ufba.br/352.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 11-23, 2007.

PINHEIRO, T. S. A. *et al.* **Brasil Oitocista**: um resgate histórico da agroindústria de Pombal–PB-Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas Agroindustriais) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba, Brasil, 2020.

PINTO, I. F. **Datas e notas**: história da Paraíba. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.

SANTANA, F. C. **“Meu pai não queria nem eu nessas ruas”**: cidade, memória e marginalização em pombal (1930-1950). 2004 (UEPB/UVA). Disponível em: <<http://www.anpuhpb.org/anais-xiii-eeeph/textos>>. Acesso em: 12 maio 2022.

SANTOS, J. O. dos. Contribuição à história eclesiástica de Patos. In: **Construindo a História**, 2005. Disponível em: <[http://construindoahistoriahoje.blogspot.com/2011/02/patos-pb.html#:~:text=A%20antiga%20'Povoa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Patos,'Imperial%20Vila%20de%20Patos'](http://construindoahistoriahoje.blogspot.com/2011/02/patos-pb.html#:~:text=A%20antiga%20'Povoa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Patos,'Imperial%20Vila%20de%20Patos'>)>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

SANTOS, F. L. KOSSOY, B. Fotografia & História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Edição revista. **Revista de História Regional**, 2008.

SEIXAS, W. N. **O velho Arraial de piranhas**. 2.ed. João Pessoa: Grassed, 2004.

SILVA FILHO, O. L. da. **Na cidade a Parayba e as tramas do moderno**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Pernambuco, Recife, 1999.

SOUSA, P. P. de. **Impactos e transformações da República no município de Pombal-PB (1890 a 1930)**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2021.

SOUSA, V. A. de. **Um olhar sobre Pombal antiga (1906 a 1970)**. João Pessoa: A União, 2002.

SOUSA, V. A. de. **A trajetória Política de Pombal**. João Pessoa: Imprel, 1999.

TRAVASSOS, I. S.; SOUZA, B. I. de; SILVA, A. B. da. Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.7, n.1. João Pessoa, DGEOC/CCEN/UFPB. 2013, p. 147-164.

TRE, Tribunal Eleitoral Regional da Paraíba. **Estatística do eleitorado**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/pombal.html>. Acesso em: 09 de jun. de 2023 as 17:27.

WANDERLEY, H. G. F. **Cidades e experiências modernas**. 2016.

WANDERLEY, H. G. F. **Cotidiano, cultura e Lazer em Pombal**: as contradições do Progresso. (2009). Dissertação (Mestrado em História) – UFCG, campina Grande. 2009.